

Futuro da magistratura

Acompanhe nesta edição balanços de gestão e planos para os próximos anos das mais importantes Instituições jurídicas do país.



Tribuna da Magistratura

*Informativo da Associação Paulista de Magistrados
Ano XVII - Número 163 - Dezembro de 2007*



**Que a Justiça
impere em 2008.**

**Feliz Natal e
Próspero Ano Novo!**

■ APAMAGIS

Sebastião Amorim, Henrique Calandra, Paulo Dimas e Roque Mesquita analisam o presente e projetam o futuro.

PÁGINAS 6, 7, 8 e 9.

■ TJSP

Passos de Freitas e Caio Canguçu fazem balanço de gestão. Ruy Camilo e Jarbas Mazzoni apresentam suas propostas.

PÁGINAS 10, 11, 12 E 13.

■ AMB

Conheça um pouco mais de Mozart Valadares, o novo Presidente da maior entidade de magistrados do mundo.

PÁGINA 14

A importância da Magistratura Paulista



Ricardo Lewandowski

Ministro do Supremo Tribunal Federal

“Agora que estou em Brasília vejo o quanto a magistratura bandeirante é respeitada”.



Rui Stoco

Conselheiro do CNJ

“Associações de classe, como a APAMAGIS, são fundamentais, importantes para o desenvolvimento do país. Elas não só fiscalizam, como também indicam os rumos que se deve seguir”.



Arnaldo Faria de Sá

Deputado Federal

“Desde a luta da Constituinte em 1988, a APAMAGIS esteve sempre presente, fazendo valer a justiça e a democracia, direitos inalienáveis do povo brasileiro”.

José Serra

Governador de São Paulo

“Juizes e juízas de São Paulo são a alma do Poder Judiciário Paulista, um dos pilares de construção e sustentação do Estado Democrático de Direito”.



Gilberto Kassab

Prefeito de São Paulo

“Um país é de fato democrático quando as instituições funcionam. E no Brasil, as instituições funcionam bem e têm entidades que dão retaguarda em seu trabalho. E a APAMAGIS desempenha esse papel com brilhantismo”.



Rodolfo Costa e Silva

Deputado Estadual

“A APAMAGIS tem feito históricas participações do ponto de vista de mudanças na Assembléia Legislativa e na sociedade”.



Cláudio Lembo

Ex-Governador de São Paulo

“Os juizes de São Paulo estão de parabéns pela qualidade de sua associação. É importante que os juizes estejam juntos em todas as atividades cívicas e a APAMAGIS representa isso”.



Luiz Antonio Guimarães Marrey

Secretário da Justiça e da Defesa da Cidadania

“A APAMAGIS tem uma atuação da maior importância na defesa das principais causas da Justiça e dos principais temas de interesse do Brasil”.



Fernando Capez

Deputado Estadual

“A APAMAGIS é fundamental para a sociedade, porque sua função não é apenas a de proporcionar defesa dos interesses dos magistrados, mas tem uma atuação política, no bom sentido da palavra”.



Celso Luiz Limongi

Presidente do TJSP

“O Judiciário é o grande guardião da Democracia, a última esperança do cidadão, do indivíduo nacional ou estrangeiro, por isso todos nós devemos preservar sua independência”.



Alexandre de Moraes

Secretário Municipal de Transportes de São Paulo

“A APAMAGIS representa o juiz paulista e também o juiz brasileiro na luta pelo fortalecimento das instituições e pela defesa da Constituição”.



Sidnei Beneti

Ministro do Superior Tribunal de Justiça

“APAMAGIS é um fator de aglutinação das forças mais importantes da magistratura no sentido da manutenção daquele ideal de Justiça”.



JRGarcia/TJSP

Regis de Oliveira

Deputado Federal

“É essencial que os magistrados se congreguem e se associem para poder intervir na sociedade”.



Ricardo Dias Leme

Secretário Municipal dos Negócios Jurídicos

“A APAMAGIS é muito importante para a manutenção do Estado Democrático de Direito, tem contribuído com iniciativas para que o Estado de Direito seja consolidado em nosso país”.



Luiz Flávio Borges D'Urso

Presidente da OAB-SP

“A importância da APAMAGIS já é conhecida não apenas pela magistratura, mas por toda a sociedade, e essa parceria permanente que a OAB tem com a APAMAGIS, sem dúvida nenhuma, continuará”.



Tribuna da Magistratura
Publicação da Associação Paulista de Magistrados
Ano XVII - nº 163

R. Tabatinguera, 140 - sobrelaja
CEP: 01020-901 - São Paulo - SP
Telefone: (11) 3292-2200
Fax: (11) 3292-2209

Tiragem: 4.000 exemplares



ERRATA

A edição 162 do Tribuna da Magistratura trouxe lamentáveis equívocos, não detectados pela redação, edição e revisão. Na página 5 houve troca de nomes na legenda da última foto. O associado em questão é o Desembargador Fernando Euler Bueno.

Na página 10 houve falha de grafia no nome do entrevistado. O nome correto do associado é João Antunes dos Santos Neto, Juiz de Direito da Comarca de Santo André.

A equipe do TM pede desculpas aos Excelentíssimos Magistrados e a todos os nossos leitores.

APAMAGIS

apamagis@apamagis.com.br

Presidência
presidencia@apamagis.com.br

Secretaria
secretaria@apamagis.com.br

Imprensa
imprensa@apamagis.com.br

Convênios
convenios@apamagis.com.br

Informática
info@apamagis.com.br

Site
www.apamagis.com.br

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente
Sebastião Luiz Amorim

1º Vice-Presidente
Henrique Nelson Calandra

2º Vice-Presidente

Paulo Dimas de Bellis Mascaretti

Diretor Secretário
Luiz Antonio Vasconcellos Boselli

Diretor Financeiro
Irineu Jorge Fava

Diretor Adjunto Financeiro
Elcio Trujillo

IMPRENSA

Diretor de Comunicação e Imprensa
Irineu Jorge Fava

Diretores Adjuntos de Comunicação
Elcio Trujillo
José Augusto Genofre Martins

Diretor Adjunto de Imprensa
Ítalo Morelle

Jornalista Responsável
Gizele Rochel (MTB 49.447)

Coordenação Geral

Luciano Ayres

Redação
Gizele Rochel
Joyce Kassim

Estagiárias
Thábata Mondoni
Amanda Garcia Assad

Edição, Revisão, Projeto Gráfico e Diagramação
AyresPP Comunicação e Marketing Estratégico
Tel: (19) 3232.6823

Fotos
AyresPP

Colaboradores
Todos os artigos assinados neste jornal são de responsabilidade exclusiva de seus autores.

Encontro | Jantar de gala reúne expoentes dos três Poderes



| Ministro Lewandowski com esposa, ladeados pelo Des. Roque Mesquita e por Marcelo da Silva Bueno, Prefeito de Águas de S. Pedro



| Prefeito de São Paulo Gilberto Kassab

Requinte, charme e bom gosto, esses foram alguns dos ingredientes que fizeram do tradicional Jantar de Confraternização da APAMAGIS um grande sucesso. A noite de gala, que aconteceu no Clube Monte Líbano, reuniu aproximadamente 1.300 convidados, entre associados e autoridades, que foram recebidos pelo Presidente e pelos 1º e 2º Vice-Presidentes da APAMAGIS, respectivamente, Desembargadores Sebastião Luiz Amorim, Henrique Nelson Calandra e Paulo Dimas de Bellis Mascaretti, bem como pelas esposas Lucy Helena B. Calandra e Vanessa H. da S. Mascaretti.

Entre muitas autoridades, compareceram à confraternização os Ministros Enrique Ricardo Lewandowski e Sydney Sanches do Supremo Tribunal Federal (STF), o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Desembargador Celso Luiz Limongi, o Presidente da Seção de Direito Público do TJSP, Desembargador Sidnei Agostinho Beneti, o Conselheiro do CNJ, Desembargador Rui Stoco, o Prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab, o Presidente da Associação dos Magistrados do Trabalho da 2ª Região (AMATRA 2), Juiz Gabriel Lopes Coutinho Filho, e o Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil Seção São Paulo, Luiz Flávio Borges D'Urso.

Além deles, o Secretário de Estado da Justiça e da Defesa da Cidadania, Luiz Antonio Guimarães Marrey, repre-

(...) o Presidente da APAMAGIS agradeceu a presença de todos os associados e autoridades, que abrilhantaram a festa (...) também agradeceu aos funcionários que trabalharam antes e durante o evento, bem como aos colaboradores do evento (...)

sentando o Governador de São Paulo, os Deputados Estaduais Fernando Capez (PSDB-SP) e Rodolfo Costa e Silva (PSDB-SP), os Deputados Federais Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP) e Regis de Oliveira (PSC-SP), o Secretário Municipal dos Negócios Jurídicos, Ricardo Dias Leme e o Vereador da Cidade de São Paulo, Paulo Frange (PTB-SP).

A noite dos magistrados teve início com um jantar especial, cuidadosamente preparado para atender ao paladar requintado dos convidados.

Em seguida, foi apresentado um vídeo com depoimentos da Diretoria Executiva e algumas das autoridades presentes - e outras ausentes como o Governador José Serra e o ex-Governador Cláudio Lembo - com mensagens ▶



| Des. Zélia Maria Antunes Alves, ganhadora de 1 moto Honda Falcon 400cc e Juiz Walter da Silva, ganhador do Celta zero quilômetro



| Des. Calandra e Gabriel Lopes Coutinho Filho, Presidente da AMATRA/SP

de agradecimento e votos de prosperidade para o próximo ano.

Após, os convidados participaram de um dos momentos mais esperados da noite: o sorteio de 49 prêmios, entre eles, o mais cobiçado foi um automóvel Celta zero quilômetro, oferecido pela Entidade. Dessa vez, o feliz foi o Diretor de Convênios da APAMAGIS, Juiz Walter da Silva.

Ao finalizar o sorteio, o Presidente da APAMAGIS agradeceu a presença de todos os associados e autoridades que abrilhantaram a festa. O magistrado, acompanhado pelos Vice-Presidentes, agradeceu aos funcionários que trabalharam antes e durante o evento, bem como aos colaboradores.

A animação do ambiente ficou a cargo da Banda Nova Era, que durante toda a noite tocou ritmos dançantes, contagiando a todos que desfrutaram da festa que se prolongou pela madrugada.

A animação do ambiente ficou a cargo da Banda Nova Era, que durante toda a noite tocou ritmos dançantes, contagiando a todos que desfrutaram da festa que se prolongou pela madrugada.



| Juiz Carlos Monnerat e esposa



| Des. Paulo Dimas e esposa



| Des. Sebastião Amorim durante o sorteio dos 49 prêmios



| Desembargadores Carlos Teixeira Leite Filho e José Renato Nalini

CONFIRA A LISTA DE SORTEADOS

Carro Celta 1.0

Dr. Walter da Silva

Oferecido pela APAMAGIS

2 motos 400 cc – modelo Falcon – Honda

Des. Carlos Roberto Gonçalves

Des. Zélia Maria Antunes Alves

Oferecidas pela DAITAN REMAZA

2 adegas climatizadas – marca Tocave

Dr. Julio Cesar dos Santos

Dra. Maria Elisa Silva Gibin

Oferecidas pela BLINDAGENS CONCEPT

2 filmadoras – marca JVC

Dr. Antonio Carlos F. Negreiros

Dr. Edison Yassuo Takase

Oferecidas pela BLINDAGENS CONCEPT

1 microsystem

Dr. Gilberto Gomes de Macedo Leme

Oferecido pela SONY



| Mais de 1300 magistrados e convidados



| Banda Nova Era

1 televisão LCD – 40 polegadas – com home theater – marca Samsung

Dr. Adilson Paukoski Simoni

Oferecida pela PALAZZO DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS GM

1 CD player com MP3 – marca Kenwood

Dr. Fernando Melo Bueno Filho

Oferecido pela PALAZZO DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS GM

10 MP3 Player – 2 Gb – marca Sony

Dr. Marcelo Octaviano Diniz Junqueira

Des. Clóvis Castelo

Des. José Orestes de Souza Nery

Dr. Alessander Marcondes F. Ramos

Dra. Ana Lúcia Xavier Goldman

Dr. Edison Aparecido Brandão

Dra. Hélia Regina Pichotano

Dr. Caio César Ginez Almeida Bueno

Dr. Lucas Tambor Bueno

Dr. João Carlos Germano

Oferecidos pela FONTANA Corretora de Seguros

3 câmeras digitais – marca Sony

Dr. Alexandre Pereira da Silva
Dra. Karina Ferraro A. Innocencio
Dra. Bianca Vasconcelos Coatti
Oferecidas pela FONTANA – Corretora de Seguros

1 home theater wireless – marca Panasonic

Dr. Heitor Luiz Ferreira do Amparo
Oferecido pela CONCESSIONÁRIA TOYOTA CALTABIANO

1 refrigerador 363 litros

Dr. Genilson Rodrigues Carreiro
Oferecido pela BRASTEMP

1 microondas

Dr. Nancy Bentivoglio Marson
Oferecido pela BRASTEMP

1 faqueiro 51 peças – marca Zarif

Dr. Augusto Antonini
Oferecido pela ROBERTO SIMÕES PRESENTES

1 jogo para churrasco 12 peças – marca Zarif

Dr. João Pazine Neto
Oferecido pela ROBERTO SIMÕES PRESENTES

1 jogo para pizza 12 peças – marca Zarif

Des. Paulo Fernando C. Salles de Toledo
Oferecido pela ROBERTO SIMÕES PRESENTES

2 sistemas de segurança Supaglass

Dra. Patricia Cayres Mariotti
Des. Luiz Christiano Gomes R. Kuntz
Oferecidos pela PENTAGON SUPAGLASS

3 kits com perfume e hidratante

Dr. Carlos Eduardo Reis de Oliveira
Dr. Paulo Cesar Ribeiro Meirelles
Dra. Luciana Mendes Simões
Oferecidos pela GREGORY

4 pacotes de viagem – 7 dias – para o Nordeste

Dr. Daniel Carnio Costa
Dra. Silvia Maria M. Novaes de Andrade
Dra. Iohana Frizzarini Exposito
Dra. Roseleine Belver dos Santos
Oferecidos pela CV Tursimo

2 pacotes de viagem – finais de semana – para Buenos Aires

Dr. Carlos Fonseca Monnerat
Dra. Sheyla Romano dos Santos Moura
Oferecidos pela MARETUR Turismo

1 pacote de 1 semana

Des. Carlos Ortiz Gomes
Oferecido pela LAPINHA CLÍNICA SPA NATURISTA

1 pacote de 6 diárias

Des. Osmar Testa Marchi
Oferecido pela ROSITA GARDEN HOTEL SPA

1 pacote de 5 diárias – pensão completa

Dr. Márcio Goulart da Silva
Oferecido pelo HOTEL MORRO DA SILVEIRA ECO VILLAGE em Santa Catarina

4 pacotes de diárias em finais de semana

Dr. Luiz Henrique Antico
Dra. Mariana Teixeira Salviano da Rocha
Dra. Valeria Ferioli Lagrasta Luchiar
Dra. Tamar Oliva de Souza
Oferecidos pelo BOURBON CONVENTION IBIRAPUERA



| Diretoras Carolina Gordo, Lucy Calandra, Viveta Valente, Lourdes Leonardi e Ana Piceli



| Juiz Lucas Tambor Bueno e esposa



| Jovens magistrados se confraternizam



| Desembargadores Sebastião Amorim e Rui Stoco



| Juiz Irineu Fava e Des. Paulo Dimas

APAMAGIS | Sebastião Luiz Amorim

Presidente biênio 2006/2007

Com a certeza de que cumpriu sua missão na APAMAGIS — a de defender os interesses da magistratura e garantir um lugar de destaque no cenário jurídico nacional para os Magistrados Paulistas — o Desembargador Sebastião Luiz Amorim encerra sua gestão no dia 31 de dezembro. Em entrevista ao Tribuna da Magistratura, o Presidente faz uma análise da sua administração e destaca suas principais ações à frente da maior Associação estadual do país.

Tribuna da Magistratura: *Faça um balanço da sua gestão.*

Sebastião Luiz Amorim: Em minha gestão primamos por manter atuação política que beneficie ainda mais nossos associados. Destaco, com orgulho, que através da soma de esforços de toda a Diretoria e da participação ativa dos Magistrados, desenvolvemos um audacioso projeto: o de Reforma da Legislação Penal. Por meio desta iniciativa, objetivamos dar uma contribuição decisiva para equacionar o problema do colapso do sistema prisional e coibir o avanço da criminalidade no país.

TM: *Qual a repercussão?*

SA: A iniciativa foi bem recebida pela magistratura, pelos operadores do Direito e repercutiu positivamente na mídia, que até então cobrava do Poder Judiciário medidas mais enérgicas na aplicação das leis.

TM: *Forte atuação externa, mas sem descuidar dos problemas dos associados...*

SA: Exatamente. No âmbito interno, buscamos sempre aperfeiçoar os serviços prestados, de forma a atender eficazmente nossos associados. Para isso, colocamos Diretores específicos para cada Departamento a fim de garantir o aperfeiçoamento e o profissionalismo dos trabalhos. Os resultados foram mais que positivos. Obtivemos uma importante vitória quando conseguimos que juízes de primeira instância participassem da elaboração do Regimento Interno do Tribunal de Justiça de São Paulo. Trabalhamos incansavelmente para que fosse implantado o regime de subsídios da Magistratura Paulista, cuja redação inicial foi elaborada por nossa Diretoria e encaminhada ao Tribunal de

Justiça. Nesta mesma linha, não medimos esforços para conseguir que o teto nacional da magistratura estadual fosse equiparado ao da magistratura federal, baseado no teto dos ministros do Supremo Tribunal Federal.

TM: *E o senhor trabalhou muito com a AMB...*

SA: É verdade. Ao longo da gestão, estivemos constantemente em Brasília para, junto da Associação dos Magistrados Brasileiros, defender os interesses da magistratura. Encabeçamos o projeto "Mude um Destino", de autoria da Associação dos Magistrados Brasileiros, que visa mostrar à sociedade a dura realidade das crianças, adolescentes e jovens que vivem em abrigos. Posso afirmar que tenho o sentimento de dever cumprido, embora tenha certeza de que ainda há muito por se fazer.

TM: *Como equacionou os problemas financeiros enfrentados?*

SA: O montante financeiro operado anualmente pela APAMAGIS se equipara ao giro de uma empresa de médio para grande porte, sendo assim, os associados esperam que seus di-

rigentes conduzam a administração da Associação eficazmente. Ao assumir a administração da APAMAGIS, em janeiro de 2006, constatei que não dispúnhamos de orçamento. No entanto, precisávamos dar continuidade aos trabalhos da Associação e assim o fizemos. Mesmo diante de situação financeira e orçamentária difícil, a Diretoria Executiva conseguiu, com investimentos financeiros necessários, manter a conservação do patrimônio. Após doze meses de gestão, todas as plataformas da

O montante financeiro operado anualmente pela APAMAGIS, se equipara ao giro de uma empresa de médio para grande porte, sendo assim, os associados esperam que seus dirigentes conduzam a administração da Associação eficazmente.

administração experimentaram positiva alteração. Na linha de finanças, o desconforto financeiro e orçamentário foi alterado para um registro capaz e conciliado com todas as exigências de curto e médio prazo. A situação foi mantida também em 2007 e, agora, entrego a administração com todas as contas pagas e com saldo financeiro positivo.

TM: *No campo administrativo, quais foram as realizações mais significativas?*

SA: Um dos nossos objetivos à frente da APAMAGIS foi reformar as Colônias de Férias, bem como as Sedes Social e Administrativa. Estou muito feliz em poder comemorar o término da reforma de todas. Quando assumi a administração da APAMAGIS não tinha verbas para tal realização, mas nós acreditávamos que podíamos realizar aquilo que era necessário. Em razão disso, nós, da Diretoria, nos esforçamos ao máximo para manter esse patrimônio. Portanto, creio que o trabalho foi concluído com êxito. Além disso, procuramos aprimorar a prestação de serviços, de forma a aumentar e agilizar os trabalhos oferecidos.

TM: *Pode exemplificar?*

SA: Claro. Há várias ações bem sucedidas e uma delas é o trabalho realizado no Departamento de Convênios, dirigido pelo Juiz Walter da Silva, que fechou inúmeras parcerias nesses dois anos, oferecendo serviços e produtos com qualidade e condições diferenciadas do mercado. Outro avanço foi o aperfeiçoamento das atividades do Departamento de Comunicação. Para alcançar os resultados pretendidos, o setor foi completamente remodelado. Foram contratadas empresas de assessoria de comunicação e de imprensa, que traçaram um plano de atuação, internamente para fomentar a participação dos associados e, no âmbito externo, a defesa intransigente dos associados e do Judiciário. Também implementamos os Departamentos de Assuntos Jurídicos, Legislativos e Segurança. Finalmente, tenho a dizer que, em nossa tarefa, contamos sempre com a participação dos Vice-Presidentes, Desembargadores Henrique Nelson Calandra e Paulo Dimas de Bellis Mascaretti, bem como dos demais Diretores dos Departamentos, que colaboraram de forma eficiente para que houvesse um progresso efetivo de nossa Associação. ■



| Des. Sebastião Luiz Amorim

APAMAGIS | Henrique Nelson Calandra

Presidente biênio 2008/2009

Eleito Presidente da Associação Paulista de Magistrados, o Desembargador Henrique Nelson Calandra fala com exclusividade ao Tribuna da Magistratura sobre essa mais recente e desafiadora trajetória que trilhará no biênio 2008/2009. Conheça um pouco mais do novo Presidente da APAMAGIS.

Tribuna da Magistratura: *A última gestão enfrentou um dos períodos mais turbulentos para a magistratura no plano político-institucional. Como o senhor avalia o cenário para o próximo biênio?*

Henrique Nelson Calandra: É verdade. Em maio de 2006, nós enfrentamos manifestações violentíssimas em São Paulo. Depois, tivemos a questão da eleição de metade do Órgão Especial, a unificação do Tribunal de Justiça, enfim, todos esses temas acabaram refletindo na atuação da APAMAGIS. Houve a votação da primeira parte da Reforma do Judiciário e, em São Paulo, uma mega promoção com a reestruturação das entrâncias, uma antiga reivindicação do movimento associativo. O momento é de olharmos para o próximo biênio e o vemos com otimismo. No Judiciário, há o programa de informatização implantado pelo TJSP e caminharemos de modo mais eficiente para a modernização. Vejo também com alegria o ingresso de mais de duzentos novos juizes e juizas na magistratura paulista. São pessoas novas, que transbordam entusiasmo, e que trarão idéias para diversas mudanças que se fazem necessárias, inclusive no plano associativo.

TM: *O senhor acaba de ser eleito com uma votação impressionante. Em sua opinião, quais foram as razões que o levaram ao cargo mais elevado da APAMAGIS?*

HC: Acho que os colegas compreenderam a nossa sinceridade de propósito. São quase 20 anos de luta associativa e de muito trabalho. Há, também, grande expectativa em torno da nossa Diretoria, em relação à mim, ao Paulo Dimas e ao Roque Mesquita que são companheiros de muitas lutas. Nosso próprio Conselho também conta com figuras exponenciais, como Carlos Teixeira Leite Filho, José Renato Nalini, Marcus Vinicius dos Santos Andrade, atual Diretor da EPM e que tem feito um excelente trabalho. Nós vemos com entusiasmo o resultado de um trabalho incessante

no qual acumulamos a atividade jurisdicional, nas Câmaras, no Tribunal, sem nenhuma regalia, acumulando com o trabalho associativo. Tivemos que tirar férias e licença-prêmio para trabalhar, mas isso é gratificante para nós que, depois de muitos anos, chegamos a um cargo de cúpula da Associação Paulista de Magistrados. Gostaria de dividir essa vitória com cada um de nossos amigos, mesmo aqueles de outros Estados que votaram com o coração. Se fôssemos contar votos do coração, maior ainda seria nossa votação.

TM: *Pode nos adiantar alguns projetos?*

HC: Vamos nos empenhar para desenvolvermos um planejamento estratégico nas áreas da política, da comunicação e de serviços que a APAMAGIS presta para que não sejamos apenas grandes, mas que sejamos também excelentes. Queremos que o próximo aniversário da APAMAGIS, 55 anos, seja marcado por eficiência, transparência e, sobretudo, fraternidade com nossos colegas e prestando serviços à sociedade, pois a APAMAGIS é muito mais que um órgão de classe, ela é uma entidade preocupada e voltada para a população.

TM: *A APAMAGIS é respeitada no país inteiro e também no exterior. Como será o relacionamento com essa nova cúpula do Poder Judiciário, com as entidades representativas e com a sociedade civil organizada?*

HC: Nosso relacionamento com a nova cúpula do TJSP é o melhor possível. São colegas muito dignos e são os mais antigos no Tribunal. Não era o nosso sonho que a eleição fosse concentrada pelo critério apenas de antiguidade, porque no meu ponto de vista, antiguidade deve ser um dos critérios de escolha, mas nunca um critério de exclusão de qualquer concorrente. Se abrissemos mais, talvez tivéssemos o mesmo resultado, mas sem tanta tensão. O que me deixa muito triste é ver que todo pro-

Temos que prestigiar aquele que enfrenta a parte, dando mecanismos e os meios necessários para que ele, ao se encontrar com a população, possa fazer o melhor possível para a imagem de um Poder Judiciário tão querido.



| Des. Henrique Nelson Calandra

cesso eleitoral acabou se desenrolando por intervenção do STF. Uma tradição de mais de cem anos foi quebrada. A intervenção foi ruim mas, felizmente, o resultado foi bom, porque os colegas eleitos são muito dignos, competentes e, com certeza, nos cargos de direção, farão uma administração diferenciada. O Des. Vallim Bellocchi, eleito Presidente, está vivamente empenhado em completar obras que já foram iniciadas em termos de modernidade. Ruy Camillo e Jarbas Mazzoni são figuras exemplares e muito farão pelo Judiciário.

TM: *E como será o relacionamento com todos os associados, dos mais jovens aos mais experientes?*

HC: Nós sempre pautamos nossa existência pela humildade e simplicidade, e o cargo de Desembargador ou de membro do Órgão Especial são coisas que acontecem na vida do magistrado porque o tempo passa. Muitas vezes, o Juiz olha para essa pirâmide que é o Tribunal de Justiça e acha que nunca chegará aos mais altos postos, mas o tempo é o senhor da razão e muita coisa muda. Nós olhamos para a magistratura removendo rótulos. Somos todos magistrados e a função do Juiz em Primeira Instância é tão ou mais importante que a função de um Desembargador ao julgar recursos. Temos que prestigiar aquele que enfrenta a parte, dando mecanismos e os meios necessários para que ele, ao se encontrar com a população, possa fazer o melhor possível para a imagem de um Poder Judiciário tão querido.

TM: *O senhor enfrentará uma série de batalhas pontuais que terão reflexos. Por exemplo, a questão dos vencimentos e da autonomia financeira do Poder Judiciário. Qual será a postura da APAMAGIS?*

HC: Nós trabalhamos na Assembléia Legislativa, na Frente Parlamentar de Apoio à Autonomia Financeira do Poder Judiciário, com o Deputado Rodolfo Costa e Silva, também com toda liderança, Deputado Barros Munhoz, Deputado Capez, enfim, temos uma relação muito respeitosa e próxima com todas as lideranças. Além disso, contamos com o mesmo tipo de relacionamento em Brasília, na Comissão de Constituição e Justiça, com Deputado Roberto Magalhães, Deputado Regis de Oliveira, Deputado Flávio Dino, Deputado Michel Temer, com o Presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia, e também no Senado. Então, temos portas abertas para trabalhar e melhorar ainda mais o Poder Judiciário. Vamos atuar de modo muito intenso aqui em São Paulo em relação à questão da proposta orçamentária e da autonomia financeira do nosso Poder Judiciário. Copiando o Estado do Rio de Janeiro, com quase 15 anos de atraso, estamos propondo que a taxa judiciária seja inteiramente destinada ao Poder Judiciário, com isso nós teremos uma autonomia financeira muito maior e a possibilidade de recuperação de nossos prédios, que hoje estão em estado lastimável, mas não temos verbas para repará-los. ■

APAMAGIS | Paulo Dimas de Bellis Mascaretti

1º Vice-Presidente biênio 2008/2009

A defesa das prerrogativas da Magistratura, somada aos interesses da população, a quem o Judiciário procura atender eficazmente, é uma das missões da APAMAGIS, que foi resgatada na atual gestão e que certamente terá continuidade no próximo biênio. É o que afirma o atual 2º Vice-Presidente da Associação, Desembargador **Paulo Dimas de Bellis Mascaretti**, eleito pelos magistrados para comandar a Vice-Presidência nos próximos dois anos.

Tribuna da Magistratura: *A próxima gestão seguirá o mesmo propósito de luta incondicional pela magistratura?*

Paulo Dimas de Bellis Mascaretti:

Para que o cidadão tenha condições de procurar o Judiciário e ser bem atendido, é indispensável a figura de um juiz independente, com condições e conhecimentos compatíveis com o seu cargo, insuscetível a qualquer tipo de influência política ou econômica. A APAMAGIS é um braço político da magistratura e o nosso trabalho é justamente garantir que o juiz tenha suas prerrogativas asseguradas. Lutamos muito para que os juízes tenham os seus vencimentos compatíveis com suas funções, para que eles possam, com tranquilidade e isenção, decidir as causas e com isso dar uma resposta para a população, principalmente para as pessoas mais carentes, que dependem muito do Judiciário para as suas conquistas pessoais e para assegurar questões básicas como nos planos do Direito do Consumidor e do Direito Penal.

TM: *Atuar em diversas frentes é o caminho da APAMAGIS para dar mais segurança para o juiz?*

PD: O trabalho da APAMAGIS é um respaldo para o juiz, que deve trabalhar com serenidade, com tranquilidade e sem influência de qualquer tipo. A função do juiz é dar a cada um aquilo que é seu dentro do que é justo. Não procuramos só observar os fundamentos do Direito, mas procuramos ser justos. Nesse sentido, muitas vezes o juiz decide contra pessoas política e economicamente poderosas e isso provoca retaliações. Não são poucos os casos em que as pessoas

procuram criar fatos que não ocorreram, distorcendo a verdade, até para tentar afastar o juiz que tem atuação enérgica, firme e segura. Nesse momento a APAMAGIS tem que estar presente para restabelecer a verdade. Nessa gestão, nós defendemos vários magistrados, por meio de desagregados públicos, contatos com jornalistas e entidades sérias como a API - Associação Paulista de Imprensa e a ANJ - Associação Nacional de Jornais. A APAMAGIS e toda a sociedade querem uma imprensa absolutamente livre e transparente, mas que prime pelo respeito e pela ética. O que não se pode aceitar é que muitas vezes um meio de comunicação seja utilizado por um grupo político ou econômico para tentar afastar um juiz do processo.

TM: *Isso ocorre frequentemente?*

PD: Infelizmente sim. Mas nós não podemos deixar que os juízes sejam manipulados e por isso a APAMAGIS tem tido uma atuação firme. Há uma eficiente Comissão de Prerrogativas que atua muito. Algumas vezes trabalhamos em conjunto com a Comissão da Ordem dos Advogados, pois há advogados que procuram, de alguma maneira, desrespeitar os juízes, criando animosidade, e com isso tentar afastar o magistrado do processo. Agimos com OAB e com a Procuradoria Geral de Justiça porque há casos em que são utilizados expedientes ilegais, ilícitos e até criminosos.

TM: *Assistimos um corte orçamentário de quase de 50% no Poder Judiciário. Não é o caso de se cobrar mais investimento?*

PD: Sem dúvida. Infelizmente a nossa proposta orçamentária é muitas vezes cortada. Com isso o Judiciário não consegue investir nas unidades judiciárias, no aprimoramento do seu quadro funcional, na informatização. É por isso que estamos trabalhando para que a nossa proposta orçamentária seja acolhida pelos Poderes Executivo e Legislativo. O Judiciário precisa de autonomia financeira efetiva e, assim, investir na melhoria da prestação de serviços. As pessoas se queixam muito da morosidade, das dificuldades que o Poder Judiciário tem na prestação de serviços e isso é resultado direto da falta de um orçamento mais adequado. Deste modo, desde o início de 2007, a APAMAGIS



| Des. Paulo Dimas de Bellis Mascaretti

acompanha o trabalho do Deputado Rodolfo Costa e Silva na Assembléia que criou e difunde a Frente Parlamentar de Apoio à Autonomia Financeira do Poder Judiciário. Com um orçamento mínimo, respeitado pelos outros Poderes, o Judiciário investirá mais em sua estrutura e prestará um serviço melhor.

TM: *Em 2006 uma série de atentados comoveu São Paulo. Houve uma iniciativa da APAMAGIS para mudar a legislação penal. Como se pode avançar ainda mais?*

PD: Para mudar a legislação penal e processual penal, nós constituímos uma comissão de magistrados e operadores de Direito com vasta experiência em Direito Penal e Processual Penal. Depois de debates e profunda análise, nós apresentamos mais de 800 sugestões ao Congresso Nacional para alterar a Legislação. Algumas foram acolhidas, outras tantas estão sendo objeto de projetos e de debates no Congresso. Nós pretendemos

avançar ainda mais nisso, contribuindo com outras propostas.

TM: *E a segurança no âmbito do próprio Poder Judiciário?*

PD: É preciso conscientizar os colegas da necessidade de se dar proteção ao Judiciário como um todo. Infelizmente temos que nos deparar com a criminalidade aumentando, o que é lamentável, mas acho que temos que combatê-la com destemor. Somos agentes do Estado e precisamos mostrar para a população que estamos agindo e que vamos tentar de alguma maneira eliminar a impunidade, que é uma de nossas grandes preocupações. Precisamos lutar para mudar as leis, para termos instrumentos eficazes para combater a criminalidade e a impunidade.

TM: *E os juízes também são vítimas de ameaças e atentados...*

PD: Muitas vezes a criminalidade atinge o juiz. Um trágico exemplo foi o covarde assassinato do Juiz Machado Dias, meu colega de concurso e magistrado em Presidente Prudente. Ele foi morto saindo do trabalho, alvejado por tiros e sem nenhuma oportunidade de defesa. Há diversos relatos de colegas que sofreram ameaças e muitas vezes foram vítimas de atentados. A APAMAGIS possui uma Comissão de Segurança que cuida desses assuntos junto ao Tribunal e que procura manter contato com a Secretaria de Segurança Pública, com a Secretaria de Justiça e outros órgãos. ■

A função do juiz é dar a cada um aquilo que é seu dentro do que é justo. Não procuramos só observar os fundamentos do Direito, mas procuramos ser justos.

APAMAGIS | Roque Mesquita

2º Vice-Presidente biênio 2008/2009

O Desembargador **Roque Mesquita** sempre esteve presente no trabalho associativo, além de desempenhar notória trajetória como professor universitário e, mais recentemente, com os novos juízes na Escola Paulista da Magistratura. O novo 2º Vice-Presidente da APAMAGIS fala sobre as perspectivas da nova gestão e como será sua atuação na direção da Associação.

Tribuna da Magistratura: *Vitória incontestável, eleito 2º Vice-Presidente da APAMAGIS. Qual o sentimento depois de tanta repercussão dentro da magistratura mais importante do país?*

Roque Mesquita: Fiquei realmente muito contente de ter tido essa preferência dos colegas, agradeço, mais uma vez, e recebo o resultado dessa votação de 1.091 votos com uma tremenda carga de responsabilidade e compromisso com todos os associados, com toda comunidade jurídica e com a sociedade.

TM: *O senhor acaba de deixar um cargo muito importante na estrutura da APAMAGIS, atuando no Conselho Consultivo, Orientador e Fiscal. Que lições traz dessa experiência e o que poderá implementar na direção?*

RM: Eu ingressei na Diretoria Executiva da APAMAGIS em 1980 e, de lá para cá, tenho ocupado várias funções dentro da Associação. Dessa vez, fui honrado com a escolha do meu nome para compor a equipe dos colegas Calandra e Paulo Dimas e passo, então, a ocupar uma função executiva como 2º Vice-Presidente. Pretendo trazer essa experiência que adquiri ao longo do tempo para otimizar as funções de Vice-Presidente, sempre trabalhando em harmonia com a orientação dada pelo Presidente Henrique Nelson Calandra.

TM: *Muitos são os elogios à gestão do Des. Amorim, em especial ao trabalho de equipe e ao grupo formado. Esse mesmo espírito permanecerá?*

RM: Perfeitamente. Aliás, o meu amigo Sebastião Amorim conquistou essa posição histórica dentro da APAMAGIS. Eu conheço a história da Associação e posso assegurar que essa gestão inovou na administração, além de ter formado uma equipe voltada para a administra-



| Des. Roque Antonio Mesquita de Oliveira

Eu conheço a história da Associação e posso assegurar que essa gestão inovou na administração, além de ter formado uma equipe voltada para a administração efetiva.

ção efetiva. E isso é inédito na vida da APAMAGIS. Anteriormente, o que víamos neste sistema presidencialista é que a gestão era centrada na figura do Presidente, raramente dando oportunidade à Diretoria. O colega Amorim repartiu toda a responsabilidade da função e instaurou um novo modelo de gestão e nós seguiremos esse modelo. Tenho certeza que a gestão do Calandra será tão bem sucedida quanto foi a do Amorim.

TM: *Essa gestão enfrentou embates não só nas questões do Judiciário como também na órbita do Legislativo e do Conselho Nacional de Justiça. Como a APAMAGIS irá atuar neste período conturbado?*

RM: A APAMAGIS vai atuar com serenidade, tranquilidade, mas com bastante vigor. Nós temos essa missão dada pelos colegas de coordenar os trabalhos da Associação, enfrentando os problemas à medida que eles forem surgindo, com muito diálogo, harmonia com os demais Poderes e com o comando do Tribunal de Justiça, pois vamos todos trabalhar para conquistar e manter as prerrogativas dos nossos juízes.

TM: *Um notório símbolo de mudança no Poder Judiciário foi a Emenda 45, que*

trouxe a inclusão do Conselho Nacional de Justiça, muito contestada à época. Como avalia o papel desse órgão?

RM: No início, posicionei-me contrário ao Conselho Nacional de Justiça, entendendo que cada Tribunal já tinha seus meios para exercer o controle interno. Todavia, após a criação do CNJ e percebendo sua linha de atuação, alterei meu entendimento. O Conselho tem o seu lugar dentro do Poder Judiciário, tem uma função fiscalizadora e moralizadora. Havia necessidade de um órgão em nível federal que pudesse buscar a harmonia entre os Tribunais e implantar políticas únicas em prol do aperfeiçoamento de toda máquina administrativa do Judiciário.

TM: *O que a APAMAGIS representa para o senhor enquanto magistrado?*

RM: Vejo a APAMAGIS como o braço político do juiz paulista. O Juiz de Direito, devido a sua condição de julgador, atém-se aos processos, fica no seu espaço de trabalho e, muitas vezes, não tem nem sequer tempo para atividades fora da jurisdicional. Então, há a necessidade de uma associação formada por magistrados que atuem no sentido político, dando ao juiz a oportunidade de reivindicar melhorias para sua atividade. A APAMAGIS tem o relevante papel de se relacionar com as demais associações, relacionar-se com os poderes constituídos e com a cúpula do Poder Judiciário.

TM: *As pessoas confiam cada vez mais no Poder Judiciário, que permanece com as portas permanentemente abertas à população. Ao invés de se aumentar o*

orçamento, o que assistimos é a aprovação de quase metade do que foi proposto. Não há um descompasso nisso?

RM: Evidentemente. Os números dizem tudo e refletem esse descompasso. Se o Judiciário diz que precisa de R\$ 7 bilhões e o Legislativo aprova R\$ 4 bi, mostra um evidente desequilíbrio. Essa é mais uma prova de que o Judiciário precisa de autonomia financeira. Apesar das boas intenções do Governador, ele não vive o dia-a-dia do Judiciário, desconhece quais as reais necessidades deste Poder. Precisamos aperfeiçoar a comunicação entre o Judiciário e o Poderes Executivo e Legislativo. Creio que a APAMAGIS, na gestão que se inicia, terá por missão esclarecer às autoridades, aos Deputados e ao Governador sobre a necessidade que temos para gerir nossas funções e conseguirmos mais recursos.

TM: *Além dos milhares de processos que tem para cuidar e julgar, e do trabalho realizado na APAMAGIS, o senhor ainda encontra tempo para o Magistério, também na Escola Paulista da Magistratura. Essa nova geração vai ser capaz de conduzir a bandeira que os senhores estão empunhando hoje pela magistratura?*

RM: Trabalho há quase 30 anos no Curso de Bacharelado de Direito e nos últimos 2 anos, tenho prestado minha colaboração à Escola Paulista da Magistratura, na área de Direito Privado, no curso de iniciação funcional. Essa situação permite-me avaliar essa juventude que está ingressando no Poder Judiciário e vejo com muita esperança esses jovens, que vêm com novas idéias, posturas inovadoras, trazendo modernidade. O Poder Judiciário vem se arejando com a vinda desse jovem que, dentro da sua própria formação, é altivo, contestador, cobra resultados, exige atenção. Então, que nós possamos aproveitar toda essa salutar energia e canalizá-la também para o apoio das atividades da Associação. ■

Creio que a APAMAGIS, na gestão que se inicia, terá por missão esclarecer às autoridades, aos Deputados e ao Governador a necessidade que temos para gerir nossas funções e conseguirmos mais recursos.

TJSP | Caio Eduardo Canguçu de Almeida

Vice-Presidente biênio 2006/2007

A relevância do papel desempenhado pelo Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo é um dos pontos destacados pelo Desembargador **Caio Eduardo Canguçu de Almeida**, que finaliza uma gestão que zelou pela magistratura bandeirante.

Tribuna da Magistratura: *Um dos grandes problemas da Justiça é a morosidade. Quais as expectativas com o processo de informatização?*

Caio Eduardo Canguçu de Almeida: Quando assumimos a direção do Tribunal, tínhamos em mente combater este caráter quase que superado, ultrapassado, que sempre caracterizou o Judiciário, não paulista, mas nacional. Daí, nasceu o projeto de informatização que foi, indiscutivelmente, um grande avanço. Claro que a informatização vai contribuir para a diminuição desse retardamento que há na prestação jurisdicional, mas vale destacar que este processo está estreitamente relacionado à modernização legislativa. Está na hora de nós, enquanto magistrados, pararmos de dizer que não fazemos as leis, apenas cumprimos. Esse pensamento reflete um certo comodismo, porque nós temos que sair a campo, lutar, reivindicar leis melhores. Houve um significativo avanço, no entanto, há muito a percorrer. O Tribunal de Justiça luta com uma deficiência orçamentária muito grande. Fizemos uma projeção para o ano de 2008 em torno de R\$ 7 bilhões, porém, foi-nos destinado um pouco mais de R\$ 4 bilhões. E posso assegurar que não fizemos nenhuma previsão exagerada, com gastos supérfluos e ociosos, apenas o necessário para nosso plano de administração.

TM: *Em relação à Legislação Penal, o senhor participou da elaboração do anteprojeto de lei organizado pela APAMAGIS.*

CA: Exato. Nós não podemos simplesmente nos esconder atrás das leis. Devemos lutar junto aos Poderes Executivo e Legislativo, sugerindo, propondo, reclamando e cobrando alterações legislativas que nos permitam uma Justiça mais célere.

TM: *Uma outra inovação que vem sendo discutida é a questão da videoconferência. O senhor, com a experiência*

que tem na Justiça Criminal, vê algum inconveniente nesta implementação?

CA: A modernidade sempre escandaliza. O sistema de videoconferência é uma novidade extraordinária em termos de segurança, comodidade, facilidade e representa um avanço significativo. As resistências que estão surgindo deverão de ser superadas e, futuramente, ele será um grande instrumento de facilitação do contato do juiz com as partes, com os acusados, com as testemunhas, sem precisar do deslocamento que é sempre perigoso e oneroso.

TM: *Doutor, uma questão que sempre fica pendente é a idéia de se tem do papel do Vice-Presidente... Gostaria que o senhor explicasse a importância do Vice-Presidente na estruturação e na própria administração da Justiça.*

CA: Embora vivamos um regime presidencialista, o Tribunal é na verdade gerido pelo Conselho Superior da Magistratura. As grandes decisões que

Está na hora de nós, enquanto magistrados, pararmos de dizer que não fazemos as leis, apenas cumprimos.

são levadas ao Órgão Especial, nascem neste Conselho que é composto pelo Presidente, Vice-Presidente e Corregedor Geral da Justiça, todos em absoluta igualdade hierárquica. Além disso, o Vice-Presidente acumula atividade jurisdicional, já que preside a chamada Câmara Especial, que é integrada pelo Decano e pelos Presidentes de Seções. Mais ainda. O Vice-Presidente é o responsável por aquilo que chamamos de CPP, uma Comissão Processante que analisa faltas praticadas por funcionários do Tribunal. Em suma, essa falsa idéia de que o Vice-Presidente é um mero substituto do Presidente precisa acabar.

TM: *Como o senhor observa a interpretação dada pelo Supremo Tribunal Federal em relação à LOMAN, decisão essa que modificou todo o quadro sucessório do TJSP?*

CA: Tentarei responder a essa pergunta com a maior isenção, já que fui diretamente atingido por essa

solução. Sinto-me no direito de interpretar de uma outra forma o referido Artigo 102 da Lei Orgânica da Magistratura, que se refere à candidatura dos mais antigos aos cargos de direção. Há 360 Desembargadores no TJSP e os candidatos que postulam cargos de direção inscrevem-se a cargos exclusivos, ou seja, quem se candidata ao cargo de Presidente, abre mão dos cargos de Vice e Corregedor Geral. Sob meu ponto de vista, aquele Artigo 102 admitia uma interpretação mais ampla e democrática. Com uma interpretação diferente, teríamos ampliado um pouco mais o universo dos elegíveis e estaríamos deixando de lado o regimento interno, que o Supremo afirmou ser inconstitucional, quando admitia que qualquer membro do Órgão Especial pudesse se candidatar, e estaríamos respeitando o critério de antigüidade, só que separadamente. Ao invés de homologarmos candidaturas, como fizemos, sem nenhum desprestígio para aqueles que foram homologados, teríamos a oportunidade de, dentre 9 Desembargadores, escolhermos aqueles 3 que haveriam de nos dirigir.

TM: *Alguns dias antes de encerrar o mandato, gostaríamos que o senhor fizesse uma reflexão...*

Ao meu ver, aquele Artigo 102 admitia uma interpretação mais ampla e democrática.

CA: Deixarei o cargo sem nenhum peso na consciência. Proferi quase 3 mil votos, ao longo desses 2 anos. A Câmara a qual presido proferiu mais de 20 mil votos. Deixaremos nossos cargos com o serviço senão absolutamente zerado, quase que zerado, e isso é muito gratificante. Em termos de administração, penso que avançamos significativamente. Há ainda muita coisa a ser feita, muito aperfeiçoamento deve ainda ser trazido ao Tribunal, em termos de informática e também na parte administrativa. Precisamos deixar de lado aquela idéia de que o serviço público tem por objetivo a realização do mínimo. Nós temos que realizar o máximo, sempre. Temos que ter agentes capazes, funcionários eficientes, pessoas que se aprimorem no trabalho, tudo isso é um processo que vai se desenvolvendo aos poucos e com o tempo, para então chegarmos à imagem de um Poder Judiciário desburocratizado, quase empresarial, em que apenas os úteis, os competentes, os prestantes e aqueles que o amam permaneçam na luta. ■



| Des. Caio Eduardo Canguçu de Almeida

TJSP | Jarbas João Coimbra Mazzoni

Vice-Presidente biênio 2008/2009

O novo Vice-Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Jarbas João Coimbra Mazzoni fala ao Tribuna da Magistratura sobre os desafios que enfrentará até agosto do próximo ano, caso não haja nenhuma alteração na Lei Maior, na cúpula do Poder Judiciário Paulista.

Tribuna da Magistratura: Desembargador, conte-nos um pouco de sua trajetória profissional.

Jarbas Mazzoni: Avesso, por formação íntima, a postos de preeminência e de poder, jamais aspirei a cargos e a dignidades. Mas, a estranha fatalidade, desde que entrei na carreira, há 44 anos, na condição de Juiz Substituto da 14ª Circunscrição Judiciária, com sede em Itapetininga, reservou-me encargos de grande responsabilidade, tais como de Presidente da Seção Criminal e, agora, a de Vice-Presidente do Tribunal de Justiça. Iniciei minha jornada pelo interior, depois fui promovido à Comarca de Guarujá e, em 1969, fui promovido à Comarca da Capital. Como Juiz Auxiliar assumi, em 1973, a 18ª Vara Criminal, até 1981, quando levado ao E. Tribunal de Alçada Criminal, neste integrando a 8ª Câmara, até março de 1985, quando promovido ao cargo de Desembargador. Na qualidade de Vice-Presidente da mais alta Corte do Estado, estou perfeitamente consciente de que a tarefa é ingente, mas não me atemorizo, confiando na certeza de montar uma boa equipe de trabalho, capaz de enfrentar as atribuições reservadas ao cargo no Regimento Interno do Tribunal. Todavia, cumpre ressaltar que, em não havendo alteração da Lei Maior, devo atingir a aposentadoria compulsória em agosto de 2008, o que me confere pouco tempo hábil para projetos de grande envergadura.

TM: O senhor presidirá a Câmara Especial, que tem como missão julgar ações ligadas à Infância e à Adolescência. Em sua opinião, o Estado tem desempenhado adequadamente suas funções nessa questão?

JM: Creio que, nos assuntos ligados à Infância e à Adolescência, o Estado não esteja desempenhando adequadamente suas funções. E o motivo principal dessa deficiência decorre da



| Des. Jarbas João Coimbra Mazzoni

falta de estabelecimentos adequados à recuperação de menores infratores, especialmente aos portadores de alguma deficiência mental. Penso que a ausência de uma base educacional sólida, para significativa parcela da população brasileira, exige do Estado, por seus mandatários, constante atenção - e concreta fiscalização - no que se refere à destinação das verbas públicas para a construção de locais adequados para o cumprimento de medidas sócio-educativas e/ou protetivas.

TM: Nos últimos anos houve várias reformas que introduziram, por exemplo, o Conselho Nacional da Justiça. Como o senhor avalia o cenário atual?

JM: Em relação ao cenário atual do Poder Judiciário, acredito que a incorporação dos Tribunais de Alçada ao de Justiça, num Estado como o de São Paulo, pouquíssimos benefícios trouxe aos jurisdicionados; pelo contrário, prejudicou, por período considerável, a já comprometida prestação jurisdicional. Anoto, como razão principal desse pensamento, que os Tribunais de Alçada, por seu dinamismo

Em arremate, para manter a qualidade da prestação jurisdicional e aumentar a velocidade nos julgamentos, acredito que a auto-suficiência econômico-financeira do Poder Judiciário Paulista seria o norte para a solução dos problemas existentes (...)

e especialização para determinados assuntos, raramente se deparavam com duradoura problemática. E digo isso com conhecimento de causa, já que, no biênio 2004/2005, estava à frente da antiga "2ª Vice-Presidência do Tribunal de Justiça" (hoje "Presidência da Seção Criminal"), época em que se deu a complexa transição. Entendo também que a criação do Conselho Nacional de Justiça se

impunha, diante do comportamento de algumas instituições que, aparentemente "esquecidas" no cenário nacional, praticavam reiterados abusos, especialmente na contratação de funcionários. Em relação a elas, o controle administrativo-financeiro externo do Poder Judiciário tornou-se um imperativo, tendo em vista as inúmeras denúncias, umas fundadas, outras despidas de veracidade, acerca de temas relacionados ao nepotismo nos tribunais, má-gestão de recursos financeiros e a eficaz correção dos membros de todas as instâncias do Poder Judiciário que cometam faltas disciplinares. Creio, todavia, que ao Poder Judiciário Paulista, por sua própria estrutura, de base sólida e de rigorosos controles funcional, financeiro e procedimental, a atuação do Conselho Nacional de Justiça, nos moldes atuais, obstaculiza a desmedida demanda jurisdicional.

TM: O TJSP empreende há vários anos esforço desmedido para diminuir o volume de processos. Como manter a qualidade da prestação jurisdicional e aumentar a velocidade nos julgamentos?

JM: Em arremate, para manter a qualidade da prestação jurisdicional e aumentar a velocidade nos julgamentos, acredito que a auto-suficiência econômico-financeira do Poder Judiciário Paulista seria o norte para a solução dos problemas existentes, da qual decorreriam, como exemplo, a contratação e capacitação de um número suficiente de funcionários que, motivados pelo Plano de Cargos e Carreiras recentemente aprovado em sessão do Órgão Especial do Tribunal de Justiça, desempenhariam suas atribuições diárias a contento. Também se faz necessário focar as atenções à possibilidade de intensificar o trabalho dos conciliadores do Tribunal de Justiça de São Paulo, fato que já vem se realizando com visível evolução e que merece nossos aplausos. A pacificação se torna muito mais difícil de ser alcançada após a instauração de uma demanda judicial, que torna o litígio mais acirrado, com menos chances de se resgatar a situação inicial. Daí a necessidade de se capacitar um número ainda maior de conciliadores, abnegados profissionais, de várias áreas, habilitados à aplicação de técnicas alternativas na solução de conflitos na Justiça paulista. ■

TJSP | Gilberto Passos de Freitas

Corregedor Geral da Justiça 2006/2007

Compreender as atribuições da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo e as conquistas obtidas no último biênio, essa é a tônica da entrevista realizada com o Desembargador **Gilberto Passos de Freitas**, que analisa as implementações inovadoras e os resultados positivos.

Tribuna da Magistratura: Não foram poucas as ações inovadoras em sua gestão. Começamos com as audiências públicas, prática muito utilizada na carreira de origem do senhor, o Ministério Público. Qual a repercussão dessa modalidade nestes 2 anos?

Gilberto Passos de Freitas: Nesses 20 anos de Ministério Público e 20 anos de Magistratura, observei que em alguns setores havia uma certa distância com o cidadão. Quando assumi a Corregedoria, já tinha em mente realizar audiências públicas, dando a oportunidade de o cidadão apresentar suas críticas ou sugestões ao serviço do Judiciário. As audiências públicas contaram com participação expressiva da sociedade, dos advogados e membros do Ministério Público, todos dando críticas e sugestões. Na verdade, nós procuramos abrir ainda mais as portas do Judiciário para o cidadão.

TM: Seguramente, o senhor é uma das pessoas que mais conhecem os juízes no Estado de São Paulo. Como avalia essa Magistratura que é, para todo o Brasil, referência?

GP: Posso afirmar que conheço bem todo o Judiciário de todos os locais do Estado e, sem nenhuma dúvida e com muita satisfação, afirmo que nossos magistrados são pessoas dignas, dedicadíssimas. Os poucos equívocos que ocorreram por parte de comportamento de um ou outro magistrado foram apurados ou estão em processo de apuração. Tenho convicção plena de que os juízes paulistas continuarão sendo a grande referência para a magistratura nacional.

TM: No que consistiu o "Paternidade Responsável"?

GP: Esse projeto foi idéia da dra. Ana Luiza Villa Nova, Juíza Auxiliar da Corregedoria e, assim que fui apresentado ao projeto, quis realizá-lo. Fizemos um piloto em Itaquera. A princípio, fizemos contato com a Secretaria Estadual



| Des. Gilberto Passos de Freitas

da Educação que nos forneceu todos os dados dos alunos que não tinham o nome do pai no registro. Neste piloto, mais de 40% dos pais compareceram para reconhecer, voluntariamente, seus filhos. Posteriormente, o projeto foi estendido a todo o Estado e representou um sucesso absoluto. Levamos essa ação ao Conselho Nacional de Justiça. A ação foi apresentada a todos os Corregedores e vários deles adotaram em seus Estados. Medidas como essa reforçam a cidadania.

TM: E as Unidades Avançadas? Qual a finalidade deste projeto e como tem sido a receptividade da população?

GP: Observamos que alguns municípios no Estado de São Paulo eram muito distantes da sede da Comarca. Então, o cidadão enfrentava quilômetros para chegar até o Fórum mais próximo. Criamos essas Unidades Avançadas que, em convênio com as Prefeituras, aproximaram o Judiciário da população. Instalamos 72 unidades e cito um exemplo interessante, aqui na capital. O bairro de São Mateus, Zona Leste, hoje com quase 400 mil habitantes, dista cerca de duas horas do Fórum João Mendes e, em convênio com a Prefeitura, foi instalada uma Unidade Avançada naquela região. O resultado é altamente positivo.

TM: O senhor usou algumas estratégias de administração para motivar funcionários, juízes da sua equipe e a própria Magistratura de São Paulo. Como foi essa experiência?

Defendo que a APAMAGIS e o próprio Judiciário devem elaborar, discutir projetos e encaminhá-los ao Legislativo e ao Executivo.

GP: Não podemos comparar o Judiciário a uma empresa privada, mas podemos aproveitar os pontos positivos que ela se utiliza para melhor prestar seus serviços. O Judiciário também não deixa de ser um prestador de serviço, portanto, buscamos algumas medidas junto às empresas. Ao lado da correição, fazíamos um curso para os funcionários, inclusive para melhorar o atendimento no balcão. Realizamos alguns desses cursos com os magistrados da própria Corregedoria, alguns juízes auxiliares, outros convidados, com matérias relacionadas aos processos. Isso foi se expandindo pelo Estado. O último exemplo que tivemos foi um cartório na Comarca de Guarulhos que estava com deficiências em alguns setores. Uma equipe da Corregedoria foi até lá e, juntamente com os funcionários, fez um trabalho e o cartório ficou praticamente em dia. Com o entusiasmo do Juiz Diretor do Fórum de Guarulhos, Regis de Castilho Barbosa Filho, houve uma reforma no cartório, agora com funcionários motivados e com um expressivo benefício para o Judiciário e para o cidadão.

TM: A APAMAGIS realizou um trabalho profundo para reforma da legislação penal. O senhor acredita que essa integração da Justiça com o Legislativo e com o Executivo fará bem à democracia?

GP: Muito. Sempre tive em mente que nós, operadores da Lei, mesmo não sendo os responsáveis pelas necessárias alterações na legislação, vivemos o dia-a-dia e sentimos os problemas que precisam ser sanados. Defendo que a APAMAGIS e o próprio Judiciário devem elaborar, discutir projetos e encaminhá-los ao Legislativo e ao Executivo.

TM: Uma questão delicada que foi abordada pela mídia recentemente foi a notícia de que havia menores recolhidos em cadeias no Estado de São Paulo. Qual foi a postura da Corregedoria e do Judiciário?

GP: Recebi um ofício do Secretário da Justiça, Luiz Antonio Guimarães Marrey, comunicando que alguns menores permaneciam em cadeias públicas. Recebi este comunicado no final da tarde e já na manhã seguinte despachei determinando a todos os magistrados que removessem os menores que estivessem recolhidos em cadeias públicas. Marquei uma reunião naquele mesmo dia com um representante da Secretaria da Segurança Pública e com a Presidente da Fundação Casa, Berenice Maria Giannela. Constatamos que, em momento algum, em nenhuma Comarca, menores ficaram juntos com maiores. O que se verificou, em casos pontuais, é que o menor infrator ao ser encaminhado ao Ministério Público era, muitas vezes, apreendido à tarde numa sexta-feira e só seria apresentado na segunda-feira. Então, ele permanecia recolhido naquele período. Em relação à Capital, Grande São Paulo ou cidades próximas, os menores eram imediatamente transferidos. O problema surgia com os menores recolhidos em cidades distantes, como Presidente Prudente, que tinham que vir escoltados e nem sempre o Executivo tinha condições de transportá-los. Então, com tais situações esclarecidas, não se pode culpar o Judiciário. Esse aspecto deve ficar bem claro. O Executivo, segundo informações, está prestes a inaugurar algumas unidades no interior e, desse modo, resolverá essa questão. ■

TJSP | Ruy Pereira Camilo

Corregedor Geral da Justiça 2008/2009

Garantir maior aproximação com os novos juízes e fazer o Tribunal de Justiça paulista voltar a ditar as regras de jurisprudência são alguns dos principais projetos de gestão do novo Corregedor Geral de Justiça, Desembargador Ruy Pereira Camilo, que foi eleito com 131 votos pelos desembargadores do Tribunal Pleno, para comandar a Corregedoria.

Tribuna da Magistratura: Conte um pouco da sua trajetória que o conduziu a um dos postos mais cobiçados da magistratura brasileira...

Ruy Pereira Camilo: Sou juiz há 42 anos e 6 meses. Entrei muito jovem, praticamente não advoguei porque meu sonho sempre foi a magistratura. Em 1965, fui juiz substituto em Santo André e recebi orientação do hoje Ministro Sidnei Sanches. Esta foi uma grande oportunidade, porque para um jovem juiz abriu uma série de perspectivas sobre o futuro. Depois, tornei-me juiz de Cravinhos, em primeira entrância, onde permaneci por pouco tempo. Eu era recém-casado e como não tinha casa para morar, dormia no fórum. Acabei voltando para Santo André como juiz convocado.

Depois de alguns meses no Júri, surgiu a oportunidade de ir para a segunda entrância, para Presidente Venceslau, onde fui muito feliz. Vim para São Paulo em função de uma modificação legislativa que criou o cargo de Juiz de Direito Auxiliar da Capital em terceira entrância. Fui titular da Vara Distrital de Itaquera e, depois, por permuta fui para Pinheiros. Anos mais tarde fui promovido para o Primeiro Tribunal de Alçada. Lá, fui Vice-Presidente e depois Presidente. Acabei não completando o mandato em função de ter sido promovido a Desembargador, cargo que ocupo há 22 anos. Assim, eu acredito possuir vivência e experiência razoável para compartilhar com meus colegas do Poder Judiciário. Vejo a eleição para o cargo de Corregedor Geral da Justiça apenas como um prosseguimento da minha carreira e é uma maneira de continuar servindo à minha Instituição. Afinal, tudo o que tenho na vida eu devo à Magistratura.

TM: Em sua gestão, como será a atuação da Corregedoria?

RC: A Corregedoria Geral da Justiça tem uma ação muito ampla. Por exemplo, atua junto ao DIPO (Departamento de Inquéritos Policiais) e aos cartórios extrajudiciais. Há ainda a função correicional da atividade judiciária, onde procuraremos, antes de punir,

orientar o juiz, o que será nossa maior preocupação. É por isso que eu quero criar um sistema em que o juiz mais novo, que às vezes se sente isolado, valha-se da Corregedoria para esclarecimento de eventuais dúvidas.

TM: Quando falamos em qualidade de magistratura e formação de jurisprudência, para quase todos os especialistas, vem imediatamente a figura do magistrado paulista. Por quê?

RC: O Estado de São Paulo é realmente o mais rico da Federação. Em consequência, os processos e os conflitos tomam maior vulto se comparados aos estados de menor posse. Daí a necessidade de nos prepararmos para esses problemas. Nós tivemos grandes magistrados no passado, como temos hoje, que estabeleceram o privilégio de iniciar uma jurisprudência. Reconheço que no momento atual isso já

Sou absolutamente independente, não tenho vínculos com quem quer que seja, então pretendo me fazer ouvir perante o Conselho no sentido em que qualquer problema que houver no Judiciário de São Paulo sou o primeiro a me preocupar com isso.

não é tão perspectivo e tão percebido em função do atraso. Nós temos sobrecarga de serviço, que realmente é preocupação de todos nós, não só daqueles que serão membros do Conselho Superior da Magistratura daqui a alguns dias, mas também de todo magistrado. Temos um volume de 17 milhões de processos em São Paulo. Como a população gira em torno de 40 milhões, praticamente nós temos para cada dois processos, um paulista sendo autor de uma ação judicial. Evidentemente o Tribunal de Justiça tem que empreender esforços no sentido de atender às suas demandas. Ai nós temos um problema muito sério que é o orçamento. O Estado de São Paulo é sempre carente de recursos, nós vamos ter que estabelecer uma forma de ampliar esse atendimento através dos cargos de novos juízes. Isso demanda dinheiro, portanto tem

que haver atuação junto ao Poder Executivo para suplementar as verbas do Judiciário, para que se possa nomear novos juízes e novos funcionários da Justiça que atendam essas demandas. O Tribunal de Justiça de São Paulo é o maior do país, mas nós estamos sendo, no terreno da jurisprudência, suplantado. Precisamos lutar contra isso. O Rio Grande do Sul e o Rio de Janeiro estão, em função até de uma máquina menor, conseguindo dar uma resposta melhor. Estamos tentando superar e voltar a ser aquele tribunal que realmente ditava as regras e a jurisprudência. Evidentemente é o propósito não só de todos os juízes de São Paulo, mas com maior ênfase pelo futuro Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Vallim Bellocchi.

TM: Vários especialistas quando da formação e estruturação do CNJ, temiam que esse órgão pudesse se tornar uma "Super Corregedoria". Na sua opinião, em algum momento esse receio se materializou? Quais devem ser as ações que esse órgão deve empreender?

RC: Tem se notado realmente alguma invasão de competência pelo Conselho Nacional de Justiça. Em vez de adotar uma política de organização e de estabelecer regras, diretrizes, ele tem se sobreposto aos Tribunais de Justiça, o que é um risco muito grande. Porque nós vivemos num Estado Federado e, portanto, não pode haver invasão de competência de quem quer que seja. Ultimamente, em função dos novos conselheiros - alguns com participação expressiva no campo do Judiciário - temos notado que há uma preocupação dos colegas do Estado para estabelecer algumas regras. Inicialmente, pretendo dialogar com o Conselheiro e Ministro do STJ, Cesar Rocha, Corregedor Geral do Conselho, para, juntos, estabelecermos formas de procedimento. Minha preocupação é sempre levar ao conhecimento do Conselho que eu como juiz sempre adotei uma linha severa. Sou absolutamente independente, não tenho vínculos com quem quer que seja, então pretendo me fazer ouvir perante o Conselho no sentido em que qualquer problema que houver no Judiciário de São Paulo sou o primeiro a me preocupar com isso. Estarei sempre à disposição para prestar a melhor colaboração possível ao CNJ, que é um órgão que eu acho válido. ■



| Des. Ruy Pereira Camilo

AMB | Mozart Valadares assume presidência

“Presidir uma entidade como a AMB, Associação com maior número de magistrados do mundo, que congrega juizes de todas as áreas e instâncias, é um desafio imenso”, afirmou o Presidente eleito da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Airton Mozart Valadares Pires, em seu discurso de posse.

A cerimônia foi realizada no dia 12 de dezembro, em Brasília, durante evento que reuniu cerca de 600 pessoas, entre autoridades dos três Poderes e magistrados de todo país, entre eles, o Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Enrique Ricardo Lewandowski, o Vice-Presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Ministro Peçanha Martins e o Advogado-Geral da União, José Antônio Dias Toffoli. A APAMAGIS foi representada pelo 1º Vice-Presidente, Desembargador Henrique Nelson Calandra e por dezenas de magistrados paulistas.

Os demais membros da Diretoria foram empossados na mesma ocasião, entre eles, o Presidente da APAMAGIS, Desembargador Sebastião Luiz Amorim, eleito para ser o Vice-Presidente de Interiorização da Entidade.

Durante o discurso, Mozart Valada-



| Mozart Valadares é empossado por Rodrigo Collaço

res falou de seus projetos de gestão, entre eles, a democratização interna do Judiciário, a revisão do sistema remuneratório da magistratura, a forma de acesso aos tribunais superiores e o combate à morosidade judicial que, segundo ele, serão temas que estarão constantemente na pauta da nova Diretoria.

O Magistrado também destacou o trabalho institucional realizado pela AMB em parceria com as associações estaduais no que diz respeito aos assuntos de interesse da sociedade. “A preocupação quase que restrita em propiciar lazer e reivindicar melhorias salariais em favor de seus filiados deixou de figurar como a principal prioridade das associações”, disse ele. “A participação ativa nas discussões dos grandes temas nacionais e o compromisso com um país menos desigual e menos corrupto fez com que os líderes classistas abandonassem uma pauta antes restrita, quase que exclusivamente à defesa dos interesses pessoais e das práticas corporativas, e passassem a atuar em sintonia com os anseios da sociedade”, acrescentou.

(...) Somente assim teremos o Judiciário que a sociedade merece e que todos nós almejamos: confiável, eficiente, eficaz, ágil, transparente e, principalmente, sensível às transformações e aos anseios sociais

O presidente pernambucano encerrou dizendo que as questões pertinentes ao Judiciário devem ser tratadas por todos os magistrados, pois só assim “teremos um Judiciário que a sociedade e que todos nós almejamos: confiável, eficiente, ágil, transparente e, principalmente, sensível às transformações e aos anseios sociais”.

Rodrigo Collaço, que presidiu a AMB de 2005 a 2007, também proferiu um breve discurso, oportunidade em que agradeceu a todos que participaram de sua administração e desejou sucesso a nova Diretoria. “Mozart soube montar uma brilhante diretoria, que, seguramente, levará o nome da AMB cada vez mais alto e contribuirá para o Poder Judiciário brasileiro”, disse. ■

Perfil: Mozart Valadares

Quando criança, Airton Mozart Valadares Pires brincava de futebol e sonhava em se tornar um juiz de Direito. Hoje, o pernambucano de 49 anos, nascido na cidade do Sertão de Tabira, a cerca de 400 quilômetros de Recife, é o juiz escolhido por aproximadamente 6 mil magistrados de todo país para presidir a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) — entidade com maior número de juizes em todo o mundo, cerca de 14 mil.

Mozart Valadares iniciou sua história jurídica ao trabalhar como servidor do Tribunal de Justiça de Pernambuco, onde exerceu, entre outros, o cargo de Secretário da Corregedoria Geral da Justiça. Anos mais tarde, em janeiro de 1989, passou em quarto lugar no concurso para juiz de Pernambuco. Sua primeira Comarca foi João Alfredo, no Agreste do Estado. Em 1991, foi promovido a 2ª entrância, assumindo a 1ª Vara da Comarca de Cabo de Santo Agostinho, região metropolitana do Recife. Cinco anos

mais tarde, chegou a 3ª entrância, como juiz da Capital. Em 2002, tornou-se titular da 8ª Vara da Fazenda Pública, onde atua até hoje.

O juiz progressista é conhecido por seus companheiros como um homem de visão política e que aposta na aproximação entre o Judiciário, imprensa e a sociedade para construir uma nação democrática. Ao longo de sua carreira, Mozart Valadares atuou na defesa do voto aberto e fundamentado nas promoções de magistrados por merecimento. Atualmente, luta pela manutenção da aposentadoria compulsória aos 70 anos e defende a eleição de metade dos componentes do Órgão Especial dos tribunais pelos respectivos plenos.

Sua postura política o levou para importantes cargos de liderança, entre eles, a Presidência da Associação dos Magistrados de Pernambuco (Amepe), por três biênios: 2000-2001, 2004-2005 e 2006-2007, e a coordenação do 1º Juizado Especial das Relações e Consumo, do qual

está licenciado. Durante a gestão do Presidente Rodrigo Collaço, seu antecessor na AMB, Valadares foi Vice-Presidente de Interiorização.

Hoje, como o novo Presidente da entidade brasileira de classe, Mozart Valadares terá a missão de representar juizes de todo país, entre os quais, estaduais, federais, trabalhistas e militares. Para tanto, ao assumir a presidência explanou como será sua linha de atuação à frente da AMB, que comandará até 2010. “Nos próximos três anos, vamos lutar pelo fortalecimento do Judiciário. Estaremos permanentemente atentos para preservar as prerrogativas e garantias constitucionais da magistratura brasileira, sem deixarmos de lado as discussões dos grandes temas da vida nacional”, afirma Valadares.

O novo Presidente acredita na força dos “juizes que querem um Brasil menos injusto, menos desigual, menos corrupto”, é por isso, acrescenta ele, “que está lutando pela magistratura brasileira”.

Tênis | Torneio em Campos do Jordão

Luiz Alberto Moro Cavalcante

Diretor-Adjunto de Esportes (Tênis)

Nos dias 8 e 9 de dezembro, realizou-se no Campos do Jordão Tênis Clube de Turismo, em Campos do Jordão, o tradicional torneio de tênis anual dos magistrados e dependentes da APAMAGIS.

Os Magistrados Adilson Araki Ribeiro, Afonso Celso Teixeira de Andrade, Alberto Gentil de Almeida Pedroso, Carla Kaari, Carlos Gustavo Visconti, Cristiano Cesar Ceolin, Fábio Henrique Podestá, Iohana Frizzarini Exposito, João Carlos Saletti, José Orestes de Souza Nery, Leandro Jorge Bitencourt Cano, Leonardo Grecco, Luiz Alberto Moro Cavalcante, Luiz Pinheiro Sampaio, Maria Sílvia Gomes Sterman, Paulo Eduardo de Almeida Sorci, Paulo Sérgio da Silva, Silmar Fernandes e Waldir Sebastião Nuevo Campos e os dependentes Alfredo Henrique de Aguirre Rizzo, César Hubaika, Felipe de Andrada Hubaika, Marcelo Alexandre de Oliveira e Ricardo Teixeira de Andrade participaram da competição, que foi dividida em duas categorias: "A" e "B".

Foram realizados quatorze jogos, muitos deles disputadíssimos e emocionantes. O companheirismo e a esportividade acabaram prevalecendo, como sempre tem ocorrido nas competições de tênis da Associação, embora alguns jogadores estivessem com o espírito aguerrido, querendo ganhar com muita ansiedade.

No domingo, dia 9, às 11h começou a chover e os jogos foram interrompidos, sem que fossem apurados os campeões e vice-campeões da ca-

tegoria "A". Ricardo e Paulo Sérgio se classificaram para disputar a final, mas os outros finalistas ainda dependem do término do jogo entre Leandro e Luiz Pinheiro contra Alberto Gentil e Saletti. Eles prometeram que depois dos feriados de final do ano vão resolver a parada. De qualquer forma, há que se reconhecer o mérito dos finalistas Ricardo e Paulo Sérgio, que jogaram muito bem e derrotaram duplas fortíssimas.

Na categoria "B", Afonso Celso e Felipe (o avô e o neto querido) foram os campeões. Enquanto o neto impunha aos adversários seu melhor jogo de fundo de quadra, o avô "matava o ponto" na rede. A Diretora de tênis feminino da APAMAGIS, Maria Sílvia, e o Adilson Araki Ribeiro, que de araque nada tem, foram vice-campeões. Os jogos disputados pelos dois foram os destaques do torneio, principalmente pelas comemorações do Adilson que, sem se esquecer de jogar, fez o papel da torcida.

Quase todos magistrados e dependentes ficaram hospedados na Colônia



| Magistrados e familiares em momento de descontração

Quase todos magistrados e dependentes ficaram hospedados na Colônia da APAMAGIS. Elogios às reformas das instalações implementadas pela Diretoria era o que mais se ouvia no local.

da APAMAGIS (17 chalés ocupados). Elogios às reformas das instalações implementadas pela Diretoria era o que mais se ouvia no local. A Colônia está bonita, limpinha, aconchegante, com tudo funcionando muito bem. Nossos parabéns aos responsáveis pelas reformas.

A cerimônia de encerramento e premiação dos vencedores foi realizada na nova área de churrasco da Colônia. Um lugar muito legal e apropriado para quem quer comemorar entre amigos sem perder o contato com a natureza. Nosso orador mor, João Carlos Saletti, agradeceu a participação de todos, falou sobre o espírito de competição que deve prevalecer nas partidas de tênis, com preponderância, sempre, da camaradagem, da amizade, do respeito e da integração. No final, reconheceu a importância da participação dos filhos e netos nos eventos, bem como dos novos juizes, Carlos Gustavo, Alberto Gentil, Cristiano Ceolin, Leonardo Grecco, Carla Kaari e Iohana Exposito. ■



| Felipe, Afonso, Maria Sílvia e Adilson Araki

Justiça em pauta



Frente a Frente com a Justiça discute os principais temas de interesse da Magistratura Brasileira. Nesta seção, você acompanha as sinopses dos melhores programas apresentados recentemente.

TV JUSTIÇA:

Sexta-feira, 20h00.



SOCIEDADE E SEGURANÇA PÚBLICA

Major Olímpio Gomes e JB Oliveira

O Deputado Estadual e o Jornalista abordaram como os cidadãos e os Poderes do Estado podem estabelecer parcerias em favor da sociedade.



INFORMATIZAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO

Eduardo Francisco Marcondes

O Juiz Assessor da Presidência do TJ/SP foi um dos responsáveis pelo processo de informatização do Poder Judiciário.



MAGISTRATURA NO INTERIOR PAULISTA

Tarcisa de Melo Silva Fernandes

A Juíza, da Comarca de Atibaia, relatou a atuação contra a criminalidade e o trabalho desenvolvido por magistrados da região.



AUTONOMIA PARA O JUDICIÁRIO

Rodolfo Costa e Silva

O Deputado Estadual discutiu, entre outros temas, as conquistas da Frente Parlamentar pela Autonomia do Poder Judiciário.

Os Pintores

Paulo Bomfim

Poeta, Jornalista e Membro da Academia Paulista de Letras

O primeiro pintor que conheci pessoalmente foi Pedro Alexandrino. Morava na Rua Major Sertório, quase esquina com a Rego Freitas. Foi quando jogávamos futebol na porta de sua casa e ele empunhando uma garrucha velha pôs o time para correr.

Já sua aluna Tarsila do Amaral, fiquei conhecendo em casa de Lalaide e Juvenal Godoy. Lalaide, filha de D. Alzira, que foi a mais famosa médium da época, era prima da pintora.

Nessa tarde D. Lídia, a mãe de Tarsila, tocou ao piano alguns noturnos de Chopin, e músicas de Zequinha de Abreu e Ernesto Nazaré.

Em pé, a seu lado, o marido José Estanislau do Amaral, ia virando as páginas das partituras. Era um casal de velhos bonitos e comunicativos, perfeitos representantes da velha aristocracia paulista. Presentes também a essa reunião Sylvinha e Rivadavia de Barros, filho do Major Diogo, herói da Guerra do Paraguai, e fundador da primeira fábrica de tecidos



em São Paulo. No local, o nome "Beco da Fábrica" na Rua Florêncio de Abreu, recorda essa indústria pioneira.

Da reunião em casa de Lalaide, nasce a amizade com Tarsila que ilustra em 1947, meu primeiro livro o "Antonio Triste". Sua filha Dulce, loira, linda e inteligente, sorrindo atrás da fumaça de uma longa piteira, é outra lembrança que me acena.

No dia seguinte de nosso encontro, Tarsila envia-me as "Obras Completas" de Cruz e Souza, um de seus poetas preferidos.

Correia Júnior, na década de vinte, apaixonou-se por Tarsila, e segue sua musa até Paris. O encontro dos dois resulta no livro "Dona do Meu Silêncio".

Quando Tarsila adoeceu, Correia Júnior, no escritório de Fernandes So-

Coloco os dois na linha e me retiro, deixando o poeta falando com a pintora, de olhos marejados.

ares, pede-me para ligar para ela. Coloco os dois na linha e me retiro, deixando o poeta falando com a pintora, de olhos marejados.

Quem me apresentou Annita Malfatti foi minha mãe que era sua aluna. Lembro bem das aulas e das colegas de mamãe, Carolina Silva Gordo e Sofia Tassinari, e da figura meiga de D. Beth, progenitora de Annita, pertencente a uma família de educadores de Campinas. As festas juninas na casa da Rua Ceará eram alegradas pela presença

de sobrinhas e amigas de Annita. Na véspera, todos nós principiávamos a preparar a decoração do ambiente. Annita e Evangelina Pereira de Sousa, que fora casada com Rubem Borba de Moraes, iam pintando bandeirinhas com temas caboclos que eu retratava em versos. No dia seguinte, o quintal se iluminava com a fogueira e com o quentão que espantava o frio de junho.

É dessa época, 1945, meu retrato feito por essa pintora tão generosa com minha juventude. Graças a ela fiquei conhecendo Manuel Bandeira e Ribeiro Couto.

Depois, vim a conviver com Di Cavalcanti, Clóvis Graciano, Rebozo Gonzales, Bonadei, Balloni, Quirino da Silva, Flávio de Carvalho e tantos outros que freqüentaram nosso apartamento na Avenida Ipiranga e o Clubinho dos Artistas onde nos reuníamos todas as noites, muitos deles expondo depois em nossa Galeria Atrium.

Todos participando deste painel de evocações onde a saudade retrata aqueles que partiram para ficar. ■

Novidades | Livros Novos em dezembro de 2007

Antonio Raphael Silva Salvador

Desembargador aposentado e Membro do Conselho Consultivo, Orientador e Fiscal da APAMAGIS



1 - El derecho a la Intimidad

Autora: Patrícia Borba Marchetto
Editora Canal 6, de Bauru.

A culta professora e advogada Patrícia Borba Marchetto, que leciona na Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho (UNESP) e no Instituto Municipal Matonense de Ensino Superior, nos traz aqui sua tese defendida na Universidade de Barcelona (Espanha), onde obteve seu título de Doutora em Direito, com título reconhecido pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP). No livro, refletindo sua tese, a autora faz um estudo completo sobre o direito à intimidade, matéria tão importante e atual. O livro foi escrito em espanhol para conseguir o doutorado em Barcelona e sua leitura se torna agradável e de fácil compreensão, ainda que inteiramente feito na língua espanhola, em ocasião em que a autora residia em Barcelona.

Lembra o Dr. Jorge Marrientos-Parra, professor titular da UNESP, que este livro vem servir para afastar uma lacuna na literatura jurídica ibero-americana sentida por todos aqueles que se preocupam pela inserção do homem na sociedade.

Concordamos inteiramente com a posição do nobre professor, neste momento em que tanto desejamos ver respeitada a intimidade da pessoa. Qualquer ataque que se faça a esse direito, através de provas produzidas no processo, fere e atinge um dos nossos fundamentais direitos e vai tornar ilícitas referidas provas, como aceitam o direito espanhol e o brasileiro, tudo mostrado no estudo.

2 - Princípio do Juiz Natural e sua Aplicação na Lei de Improbidade Administrativa

Autor: Gustavo Senna Miranda
Editora Revista dos Tribunais.

A coleção sobre Temas Fundamentais de Direito, da Editora Revista dos Tribunais, que tem a coordenação dos mestres José Roberto dos Santos Bedaque e José Rogério Cruz e Tucci, nos brinda agora com este livro do Mestre em Direito e Promotor de Justiça Gustavo Senna Miranda, tratando do princípio do juiz natural e de sua aplicação na Lei de Improbidade Administrativa.

O livro começa explicando e preenchendo o conceito de devido processo legal e a sua importância dentro de uma sociedade que clama por justiça, para depois mostrar o que representa e como conceituar a improbidade administrativa e cita os julgamentos feitos no Judiciário sobre ela, inclusive mostrando a necessidade do respeito ao juiz natural para esse julgamento. Finalmente, como diz o prefácio do prof. Marcelo Abeilha, ele termina por dar



o tom e a alma do trabalho, com coragem, capacidade e grandes observações que precisavam mesmo constar do livro.

Brilhante livro, brilhante tese de mestrado e de grande importância para o momento onde tantos atos de improbidade administrativa são revelados.

3 - A Inversão do Ônus da Prova

Autora: Sandra Aparecida Sá dos Santos
Editora Revista dos Tribunais.

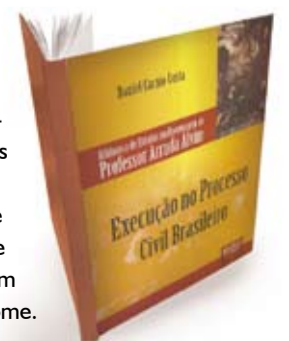
O grande e tão discutido problema da inversão do ônus da prova, inteligente posição do legislador diante das dificuldades que muitas vezes terá o autor para demonstrar o seu direito, quando encontra à frente problemas de grande técnica, ou que fogem ao seu conhecimento, vem agora muito bem examinado pela professora santista Sandra Aparecida Sá dos Santos. Sentiu ela que o acesso à justiça, o direito ao devido processo legal, a proteção ao direito ferido e de difícil demonstração exigia um estudo maior e mais profundo, como aqui fez. Chega a afirmar que, em certos casos, a inversão do ônus da prova, vai se constituir numa garantia constitucional (capítulo 6), com argumentos irresponsáveis. Mostra, como exemplo, um julgado que admitiu essa inversão do ônus da prova em caso onde a autora, que pretendia alimentos do réu, não tinha possibilidade de demonstrar os ganhos do marido demandado.

Este livro é bom, inteligente, útil e convincente, continuando na família o brilho dos livros do seu ilustre pai, o Desembargador, professor e escritor Gildo dos Santos.

4 - Execução no Processo Brasileiro

Autor: Daniel Carnio Costa
Editora Juruá.

O tema do momento em processo civil, a mudança do cumprimento da sentença, em nova execução sem processo próprio, mas continuando perante o mesmo juízo onde foi proferida a sentença, foi objeto de exame profundo pelo jovem magistrado Daniel Carnio Costa, atualmente na Comarca do Guarujá. A obra aqui noticiada examinou todos os pontos do novo sistema, enfrentando aqueles que poderiam ainda trazer dúvidas e deixando tudo muito claro. As Leis 11.232/05 e 11.382/06 foram corretamente examinadas, de forma clara e didática, revelando no autor o estudioso sem medo de enfrentar os problemas trazidos por leis novas e indicando a todos nós como ainda temos execução, mas muito melhorada, afastando a necessidade de um novo processo executivo e abreviando a solução do conflito, como desejam todos os autores vencedores nos processos cíveis. É livro de professor, de Mestre em Direito, de um estudioso e de um juiz que honra esse nome.



Em bom português: maus exemplos

Alexandre Germano

Desembargador e Membro do TJSP

Modismos, novidades lingüísticas, expressões que um inventa e outros imitam – ah, como ferem nossos ouvidos e nossos olhos certas coisas que ouvimos e lemos diariamente... Vejamos quatro maus exemplos.

Exemplo número um – Notícia do rádio, logo no início do dia (para amargar o café da manhã): “Foi tão forte a batida entre os carros, que uma pessoa chegou a morrer”. Sem contar que outras pessoas chegaram a ficar feridas, outras chegaram tarde, outras saíram ilesas... Aqui entre nós: a pessoa morre ou não morre, ninguém “chega” a morrer, não é mesmo?

Exemplo número dois – Uma senadora: “Essa decisão é uma surpresa para mim e para o Senado como um todo”. Essa história de “como um todo” já está passando os limites: O Brasil como um todo, o governo como um todo, o Judiciário como um todo.

Nem sempre a TV acerta: esse tal “risco de morte” é modismo, que contraria o texto legal e a tradição vernácula

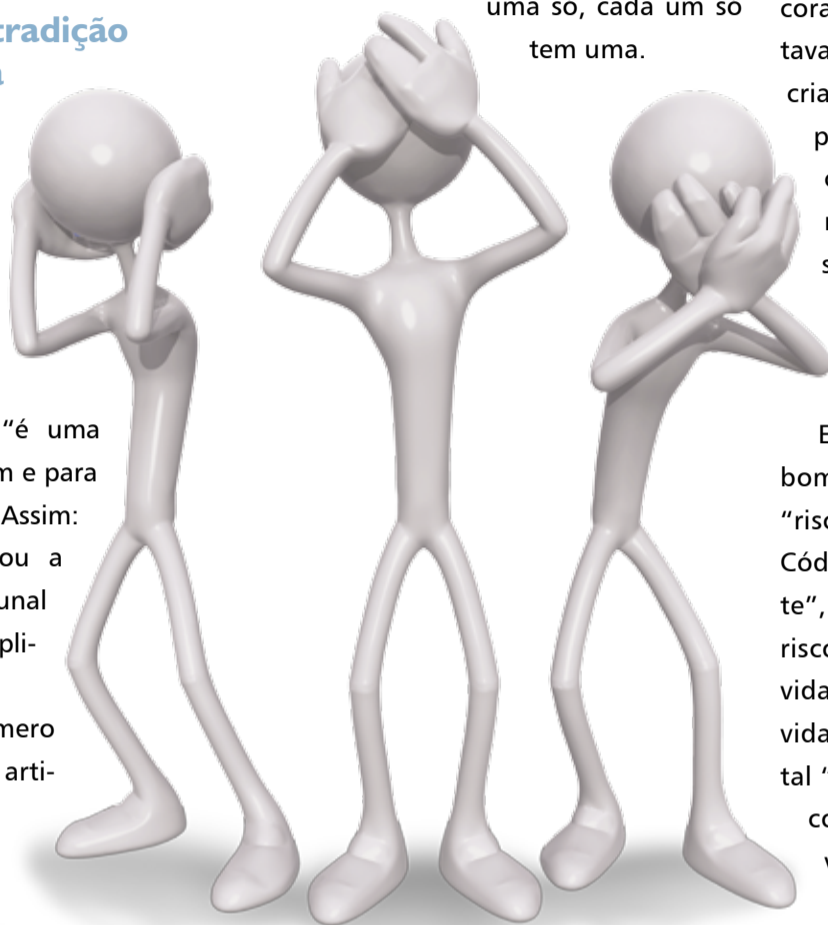
Seria melhor se a ilustre senadora tivesse dito “essa decisão é uma surpresa para mim e para o Senado”, ou “é uma surpresa para mim e para todo o Senado”. Assim: O Tribunal aplicou a lei (não: O Tribunal como um todo aplicou a lei).

Exemplo número três – Famoso articulista escreveu no jornal que

certas idéias vão se depositando aos poucos em nossas cabeças, etc. Ele acertaria se dissesse que certas idéias vão se depositando aos poucos em nossa cabeça. Porque “cabeça” é uma só, cada um só tem uma.

Já escrevi sobre isso e expliquei que posso dizer “nossos ouvidos e nossos olhos” (como está no início deste artigo), porque temos dois ouvidos e dois olhos; mas é melhor usar “nosso coração está aflito”, “as pessoas estavam com a cabeça fervendo”, “as crianças estão com o nariz sujo”, pois cada um de nós só tem um coração, só tem uma cabeça e um nariz. É a tradição vernácula, nesse ponto contrária ao latim e ao inglês, que usam o plural (corações, mentes, espíritos), quando nós usamos o singular...

Exemplo número quatro – Em bom português, sempre se falou em “risco de vida” (é assim que está no Código Civil), não em “risco de morte”, como virou moda na televisão. O risco de vida é o perigo de perda da vida, perigo de perda de um bem (a vida). Nem sempre a TV acerta: esse tal “risco de morte” é modismo, que contraria o texto legal e a tradição vernácula. ■



Mais proteção para sua família e seus bens

Contrate seus seguros através das apólices coletivas estipuladas pela APAMAGIS de seguro de vida, automóveis e residências.

Unidade de Seguros APAMAGIS
Rua Tabatinguera, 140 - sobreloja
Tels. Diretos (11) 3104-2933
Fax: (11) 3112-1137, 0800 015 1955;
(11) 3241-1288 (Depto. de seguros)

Escritórios da Fontana Seguros
Grande SP: (11) 3334-7300
Campinas: (19) 3236-3726
Rib. Preto: (16) 3965-3008
Demais localidades: 0800 016 0009

Matriz:
Av. Dr. Vieira de Carvalho, 172 - 9º andar
República - São Paulo - SP

www.fontana.com.br
apamagis@fontana.com.br

Fontana Seguros
Corretora de Seguros

Bazar solidário

Com o objetivo de arrecadar fundos para o Movimento das Esposas dos Magistrados, o Departamento Feminino realizou entre os dias 29 de novembro a 2 de dezembro, na Sede Social da APAMAGIS, um Bazar de Natal.

Na oportunidade, 30 colaboradoras expuseram artigos para presentes como semi-jóias, bijuterias, confecções masculinas e femininas, entre outros produtos.

O dinheiro arrecadado no bazar será destinado a compra de material para confecção de enxovais que serão doados a mulheres grávidas de baixa renda do Poder Judiciário.



| Diversidade de produtos



| Arte nas peças de semi-jóias e bijuterias



| Alegria e solidariedade

Site da APAMAGIS disponibiliza banco de permutas

O Departamento de Informática da APAMAGIS criou uma página no site da Entidade, nomeada *Banco de Permutas*, cujo objetivo é o de garantir um banco de dados de juízes interessados em permuta com colegas.

A idéia é disponibilizar aos associados uma troca de informações entre os mesmos, para que se possa conhecer os interesses e viabilizar permutas com maior facilidade.

CADASTRO

Para se cadastrar basta acessar o site da APAMAGIS (www.apamagis.com.br) e clicar no ícone **Banco de Permuta**. Em seguida, abrirá uma página com instruções de cadastro, onde o associado deverá preencher o formulário com seus dados pessoais para consulta futura da relação de permutas.

Mais informações podem ser obtidas com os funcionários do Departamento pelo telefone: (11) 3292-2200 ramal 177.

Confraternização em Campinas

Aconteceu no dia 28 de novembro, na cidade de Campinas, uma confraternização entre a Diretoria da APAMAGIS e os juízes da região. Prestigiaram o encontro o Presidente, o 1º e o 2º Vice-Presidentes, respectivamente, Desembargadores Sebastião Luiz Amorim, Henrique Nelson Calandra e Paulo Dimas de Bellis Mascaretti. O Des. Benedito Silvério Ribeiro acompanhou os magistrados na reunião.

Durante a confraternização, foi realizada uma homenagem especial ao De-

sembargador Benedicto Jorge Farah, em razão de sua aposentadoria no cargo.

Na ocasião, a Diretoria da APAMAGIS e os Magistrados Benedito Silvério Ribeiro, José Henrique Rodrigues Torres e José Augusto Marin, proferiram breves discursos, oportunidade em que deram especial destaque ao trabalho realizado pelo Des. Farah no Judiciário Paulista.

Na mesma noite, o homenageado recebeu uma placa de agradecimento pelos relevantes serviços prestados ao Poder Judiciário e à sociedade.



| Des. Amorim e Des. Calandra em encontro com Magistrados de Campinas

Magistrada paulista lança livro no FONAJE



| Juíza Maria do Carmo Honório

A Juíza Maria do Carmo Honório, Titular da 1ª Vara do Juizado Especial Cível de Campinas, participou do Fórum Nacional de Juizados Especiais realizado em Manaus, entre os dias 24 e 26 de outubro, oportunidade em que lançou o livro *“Os critérios do processo no Juizado Especial Cível”*.

Segundo a autora, o objetivo do trabalho é mostrar que as soluções dos conflitos de interesses, além de econômicas e céleres, são jurídica-

mente sustentáveis, principalmente se considerar que o sistema processual deriva de grandes premissas constitucionais.

“Os critérios do processo no Juizado Especial Cível” aborda os critérios específicos do Juizado Especial, que são a oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, com destaque para a conciliação ou transação das partes, evidenciando o acesso à Justiça de forma simples e rápida.

Comemoração entre amigas



| Aniversariantes comemoram na Sede Social



| Des. Calandra e Amorim prestigiam evento

Organizado pelo Departamento Feminino da APAMAGIS, o almoço para comemorar os aniversários das associadas de novembro trouxe agradáveis surpresas. As aniversariantes e suas convidadas saborearam um cardápio especialmente preparado para recebê-las e desfrutaram da companhia de suas amigas, passando por momentos de descontração, na tarde do dia 21 de novembro. O tecladista Riberto foi

o responsável por animar a reunião.

E, como sempre, elas atenderam aos apelos do Departamento Feminino, levando alimentos típicos da época natalina, que certamente darão um toque especial à ceia dos dependentes da Associação de Profissionalização, Orientação Excepcional (APOE) e da Associação de Apoio à Família: Jurídica de Direito Privado (Projaf) — entidades beneficiadas.

Carta às pensionistas

Depois de alguns contatos durante o ano com vocês, pensionistas, chegamos ao final do ano de 2007, lutando e fazendo o possível para resgatar os nossos direitos. Em alguns momentos tivemos êxitos e, em outros, aguardamos os resultados.

Pedimos que confiem sempre em nosso trabalho que é sério e objetiva

alcançar ótimos resultados para todas nós.

Desejamos a todas vocês, pensionistas, que o ano de 2008 chegue trazendo muita saúde, alegria, prosperidade e paz no coração.

Boas Festas!

Departamento das Pensionistas
Coordenadoras Lucélia, Nice e Haydée

Aposentados e pensionistas brindam o Natal

No dia 6 de dezembro, o Departamento Feminino e o Departamento dos Aposentados da APAMAGIS prepararam um delicioso almoço natalino para os aposentados e pensionistas, na Sede Social. Cada um dos participantes levou dois brinquedos, um para menino e um para menina, que serão doados para as creches Jesus Menino,

Milagre de Natal, Lalec e Consegue, que fica em Nazaré Paulista.

A iniciativa objetiva homenagear aos que tanto contribuíram para o Poder Judiciário, prestando relevantes serviços à magistratura e à sociedade em geral. E, também, às pensionistas, que realizam um importante e sério trabalho para garantir os direitos da categoria.



| Confraternização foi a tônica do encontro

Corte paulista empossa mais dois desembargadores

Na tarde do dia 29 de novembro, o Magistrado Antonio Sydnei de Oliveira Júnior tomou posse no cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP).

Na oportunidade, o magistrado proferiu um breve discurso. "Há duas opções: se resignar ou se indignar. Compartilho minha indignação com a do Presidente Limongi", disse Antonio Sydnei referindo-se a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), na qual somente os desembargadores mais antigos podem se candidatar para os cargos de direção dos tribunais. Após, o Desembargador agradeceu o apoio de seus familiares e colegas.

No dia 4 de dezembro, foi a vez do Juiz Manoel Ricardo Rebello Pinho ser empossado oficialmente para o cargo de Desembargador. Em seu discurso, assumiu a responsabilidade que tem para com o Judiciário, afirmando que



| Presidente do TJSP Celso Limongi empossa como Desembargadores Antônio Sydnei de Oliveira Júnior e Manoel Ricardo Rebello Pinho

durante toda a carreira sempre buscou "encontrar a solução mais justa e de acordo com a lei".

OS DESEMBARGADORES EMPOSSADOS

Antônio Sydnei de Oliveira Júnior foi Juiz Substituto em Segundo Grau,

exercendo sua judicatura no Primeiro Tribunal de Alçada Civil como integrante da Terceira Câmara. O Magistrado é autor de diversos artigos sobre Direito, publicados em renomadas revistas jurídicas, e Professor na Universidade Paulista (UNIP). Também é membro fundador da Associação

Juízes para a Democracia (AJD).

Manoel Ricardo Rebello Pinho é bacharel pela Faculdade de Direito de São Paulo (USP), foi juiz substituto em 1983 em Ribeirão Preto, assumindo o cargo em 84. Em 97, foi promovido para a entrância especial e, em 2002, nomeado juiz substituto em 2º grau.

JRGarcia/TJSP

Beneti e Mussi tomam posse como ministros do STJ

No dia 12 de dezembro, os Desembargadores Sidnei Beneti e Jorge Mussi tomaram posse no cargo de Ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Ambos foram indicados pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva para ocupar as vagas decorrentes da aposentadoria do Ministro Sebastião de Oliveira Castro Filho e da posse do Ministro Carlos Alberto Menezes Direito no Supremo Tribunal Federal.

A cerimônia de posse, que aconteceu no Plenário da Corte e foi conduzida pelo Presidente do STJ, Ministro Raphael de Barros Monteiro Filho, reuniu autoridades dos três Poderes. A APAMAGIS foi representada pelo Presidente e pelo 1º Vice-Presidente, respectivamente, Desembargadores Sebastião Luiz Amorim e Henrique Nelson Calandra, além de dezenas de magistrados paulistas que foram prestigiar a solenidade.

Ao dar as boas-vindas aos novos colegas, o Ministro Raphael de Barros destacou as qualidades profissionais dos novos ministros e suas contribuições para a Justiça Brasileira. "Ambos são profissionais que amalharam vasta experiência nos caminhos do Direito e da Justiça, efetivamente identificados com a função judicante e ir-

manados com os interesses do Poder Judiciário", afirmou Monteiro Filho.

Em seguida, os empossados prestaram o juramento de compromisso constitucional, pelos Ministros Nilson Vital Naves, Napoleão Nunes Maia, Francisco Peçanha Martins e Antonio Herman de Vasconcellos e Benjamin.

PERFIS

Sidnei Beneti tem 63 anos, nasceu na cidade de Ribeirão Preto, interior de São Paulo e se formou na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo em 1968. Desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo desde 1995. Presidiu a Seção de Direito Público. Com doutorado na USP, é Professor Titular de Direito Processual Civil da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo. É

Ao dar as boas-vindas aos novos colegas, o Ministro Raphael de Barros destacou as qualidades profissionais dos novos ministros e suas contribuições para a Justiça Brasileira.



| Ministro Sidnei Beneti



| Ministro Jorge Mussi é recebido pelos colegas

membro da APAMAGIS e Diretor-Adjunto da Escola Nacional da Magistratura, além de Presidente honorário da União Internacional de Magistrados – UIM (Roma), da qual é Ex-Presidente. Beneti é autor de livros conhecidos como "Modelos de Despachos e Sentenças" e "Da Conduta do Juiz". Frequentou curso na Escola da Magistratura da Alemanha e fala a língua fluentemente.

Jorge Mussi, de 55 anos, nasceu em Florianópolis, capital de Santa Catarina. Formado em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina, atuou

como Procurador-Geral do município de Florianópolis e exerceu o cargo de Juiz do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina na década de 80. Em 1994, tornou-se Desembargador do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC), que presidiu entre os anos de 2004 e 2006, inclusive atuando como Chefe de Estado, substituindo o governador. Professor convidado permanente da OAB, Mussi é coordenador do Curso de Preparação para Magistratura da Escola Superior da Magistratura do Estado de Santa Catarina.

Associados da APAMAGIS recebem descontos especiais

9º Melhor de Viagem 2007
2º lugar MELHOR SPA BRASIL

9º Melhor de Viagem 2007
1º lugar SPA COM MELHOR PREÇO BRASIL



Entregue-se aos cuidados da Lapinha Clínica e Spa Naturista, o 1º Spa brasileiro, fundado em 1972.

EMAGRECIMENTO E REEDUCAÇÃO ALIMENTAR
REPOUSO E CONTROLE DO ESTRESSE | DESINTOXICAÇÃO
REABILITAÇÃO CARDÍACA | CONDICIONAMENTO FÍSICO | ESTÉTICA

Lapinha Clínica e Spa Naturista - Lapa-PR - Tel.: 0800 643 1090 - www.lapinha.com.br

Mude sua vida.